

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
PROCESSOS GRUPAIS E DE COMUNICAÇÃO

DISSERTAÇÃO

**Religiosidade pública ou privada? representações sociais da laicidade
entre cristãos e não cristãos**

Roney Silva de Moraes

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
PROCESSOS GRUPAIS E DE COMUNICAÇÃO

**RELIGIOSIDADE PÚBLICA OU PRIVADA? REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DA LAICIDADE ENTRE CRISTÃOS E NÃO CRISTÃOS**

RONEY SILVA DE MORAES

Sob a Orientação do Professor
Denis Giovani Monteiro Naiff

e Coorientação do Professor
Ricardo Oliveira dos Santos

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em Psicologia**, no
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Área de Concentração
em Processos Grupais e de
Comunicação.

Seropédica, RJ
Abril de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827r Moraes, Roney Silva de, 1996-
 Religiosidade pública ou privada? representações
 sociais da laicidade entre cristãos e não cristãos /
 Roney Silva de Moraes. - Mesquita, 2023.
 84 f.

 Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.
 Coorientador: Ricardo Oliveira dos Santos.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, 2023.

 1. Psicologia Social. 2. Laicidade. 3.
Representações Sociais. 4. Religião. I. Naiff, Denis
Giovani Monteiro, 1971-, orient. II. Santos, Ricardo
Oliveira dos, 1987-, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Psicologia. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RONEY SILVA DE MORAES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Processos Grupais e de Comunicação.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/04/2023.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF**
Data: 04/08/2023 14:27:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Denis Giovani Monteiro Naiff. Dr (UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF**
Data: 04/08/2023 15:11:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Luciene Alves Miguez Naiff. Drª (UFRRJ)
Membro Interno

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO RAFAEL SANTIN**
Data: 08/08/2023 07:39:52-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Thiago Rafael Santin. Dr (UFES)
Membro Externo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e a todos os meus queridos irmãos de caminhada que, com todo companheirismo, cumplicidade e amor, me levantavam sempre quando eu tropeçava. Graças a vocês eu cheguei até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pois é Ele que me sustenta em todas as coisas. O agradeço por ter me posto o desejo de servir a Ele e ao meu próximo na academia, contribuindo cientificamente para o bem comum.

Aos meus pais e irmão, que me incentivaram em todos os momentos e foram fundamentais para que eu conseguisse finalizar esta etapa da minha carreira acadêmica. A vocês dou minha eterna gratidão e amor.

Ao professor Ronald Ericeira, por ter me estimulado a participar do processo seletivo de mestrado lá em 2020, pois viu potencial quando eu mesmo não via. Graças a ele, hoje eu não vejo meu futuro sendo algo diferente do que um pesquisador e professor.

Também agradeço aos professores Denis e Luciene Naiff por me darem como herança a paixão pelo estudo do Pensamento Social, a enxergar uma grande riqueza e potência nele.

Por fim, agradeço a todos os meus amados irmãos de caminhada que desde que estabeleceram laços comigo, contribuíram de alguma maneira para a minha sustentação de propósito, papel e ser igreja, demonstrando que todos nós somos um só corpo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

EPÍGRAFE

*“Porém, o glorioso ser inclinou a cabeça
dourada e me tocou a testa com a língua,
dizendo: ‘Filho, sê bem-vindo!’
(depoimento de um não-narniano de seu
encontro com Aslam)”.*

RESUMO

MORAES, Roney Silva de. **Religiosidade pública ou privada? representações sociais da laicidade entre cristãos e não cristãos**, 2023, Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientação Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff, Coorientação Prof. Dr. Ricardo Oliveira dos Santos. 84 páginas.

O presente trabalho buscou investigar a laicidade à brasileira enquanto um fenômeno político-social. Esta pesquisa justifica-se na necessidade de investigação do conceito que é competido e praticado de maneira diferente dependendo do grupo social em que se está. Partimos de uma perspectiva psicossocial tendo como principal referencial teórico a Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici sob a ótica da abordagem estrutural. O olhar psicossocial da teoria das representações sociais permite um olhar privilegiado às experiências e necessidades de compreensão da realidade compartilhadas pelos grupos em questão: cristãos e não cristãos. Tratou-se de uma coleta de dados sob a perspectiva quantitativa e qualitativa que permitiu a identificação de causas, consequências, características e práticas sociais relacionadas com o tipo de compreensão que cada grupo tem sobre laicidade através das tarefas de evocação livre, questionário sociodemográfico e perguntas para auxiliar a análise. A pesquisa foi feita de forma online, através do Google Formulários e cobriu todo o estado do Rio de Janeiro, envolvendo pessoas com a faixa etária entre 18 e 40 anos, sendo 100 cristãos (católicos e evangélicos) e 100 não cristãos (demais crenças religiosas ou não). Os dados revelaram os termos “liberdade”, “igual” e “religião” como prováveis cognemas centrais da representação social de cristãos e “liberdade”, “respeito” e “imparcial” como provável núcleo representacional de não cristãos.

Palavras-chave: Psicologia Social. Laicidade. Representações Sociais. Religião.

ABSTRACT

MORAES, Roney Silva de. **Public or private religion? social representations of secularism between Christians and non-Christians**, 2023, Dissertation (Master in Psychology), Institute of Education, Department of Psychology, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientation Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff, Co-orientation Prof. Dr. Ricardo Oliveira dos Santos. 84p.

The present work sought to investigate Brazilian secularism as a political-social phenomenon. This research is justified by the need to investigate the concept that is competed and practiced differently depending on the social group in which one is. We start from a psychosocial perspective having as main theoretical reference the Theory of Social Representations proposed by Serge Moscovici from the perspective of the structural approach. The psychosocial view of the theory of social representations allows a privileged look at the experiences and needs for understanding the reality shared by the groups in question: Christians and non-Christians. It was a data collection from a quantitative and qualitative perspective that allowed the identification of causes, consequences, characteristics and social practices related to the type of understanding that each group has about secularism through free evocation tasks, sociodemographic questionnaire and questions to aid the analysis. The survey was carried out online through Google Forms and covered the entire state of Rio de Janeiro, involving people aged between 18 and 40 years old, 100 of whom were Christians (Catholics and Evangelicals) and 100 non-Christians (other religious beliefs or not). The data revealed the terms “freedom”, “equal” and “religion” as probable central cognemes of the social representation of Christians and “freedom”, “respect” and “impartial” as a probable representational core of non-Christians.

Key-words: Social Psychology. Laicity. Social Representations. Religion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Justificativa de posicionamentos de cristãos em relação a laicidade

Tabela 2: Justificativa de posicionamentos de não cristãos em relação a laicidade

Tabela 3: Posicionamento de cristãos em relação a expressão pública e privatização da religiosidade

Tabela 4: Posicionamento de não cristãos em relação a expressão pública e privatização da religiosidade

Tabela 5: Análise prototípica do grupo de cristãos referente ao termo indutor "laicidade" (N= 100)

Tabela 6: Análise prototípica do grupo de não cristãos referente ao termo indutor "laicidade" (N= 100)

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades

OME – Ordem Média de Evocação

RS – Representações Sociais

TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRS – Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	13
2.1	A concepção de um campo como antecedente de uma teoria	13
2.2	Desenvolvimento	14
2.3	O fenômeno das Representações Sociais	18
2.4	A emergência e generatividade das Representações Sociais	19
2.5	A abordagem estrutural das RS	22
3	A LAICIDADE	26
3.1	Os predecessores da Laicidade.....	28
3.1.1	Reforma Protestante e Renascimento	28
3.1.2	Secularização e Desencantamento do Mundo.....	30
3.2	Modelos de Laicização	33
3.2.1	A Laicização Francesa	33
3.2.2	A Laicização Norte-Americana	37
3.3	Laicidade Negativa e Positiva. Laicidade de Princípio e de Compromisso	38
3.4	Participação política e democracia como motor para a polarização	40
3.5	A Laicidade Brasileira	42
4	OBJETIVOS E MÉTODO DE PESQUISA.....	45
4.1	Objetivos.....	45
4.1.1	Objetivo Geral	45
4.1.2	Objetivos Específicos.....	45
4.2	Método	45
4.2.1	Procedimentos	45
4.2.2	Participantes	46
4.2.3	Instrumentos e tratamento de dados	47

5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
5.1	Categorização das Respostas Abertas	51
5.2	Análise das Evocações Livres	57
5.3	Comparação dos Resultados	62
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
7	REFERÊNCIAS	67
8	ANEXOS.....	75
8.1	A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	75
8.2	B - Questionário	77

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as relações entre Igreja e Estado estão delimitadas sob o conceito de laicidade em grande parte do mundo Ocidental. A partir deste princípio, as relações da religião com o espaço público foram moldadas e consequentemente também a opinião pública ao longo do tempo. No Brasil, a laicidade está pressuposta como parte do fundamento de diversos debates com tonalidades diversas, mas que podem ser representados sob duas ideias principais: uma defesa do esvaziamento da religião dos espaços públicos e outra a favor da voz de agentes religiosos nestes mesmos espaços (BURITY, 2008).

Este contexto brasileiro tem relação com o embate de cristãos no âmbito social, nas esferas de poder e de influência política-institucional. É o grupo religioso mais presente no cenário político e social ao longo das décadas e séculos desde o Brasil colonial, atravessando o império e acompanhando a república desde o seu nascimento. Outrora representado pelo catolicismo e atualmente também pelos evangélicos, as religiões cristãs constituem a maioria da população e, em todos os níveis, seus “atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *ethos*, suas demandas, nas mais diversas direções” (BURITY, 2008, p. 84), costurando suas formas de ser, pensar e agir em toda a cultura (BURITY, 2008; MACHADO, 2015; SILVA, 2017; SPYER, 2020).

A costura deste cenário não surpreende: quase nove em cada dez brasileiros se definem como cristãos (MARIANO, 2013). De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população cristã representa quase 90% dos religiosos brasileiros, sendo 64,6% católicos e 22,2% evangélicos (IBGE, 2012), configurando-se assim uma grande potência para influenciar o imaginário e pensamento social.

Tal contexto abordado é incontestavelmente atravessado por questões e teorias políticas, históricas, sociais, filosóficas e religioso-teológicas que geram compreensões variadas sobre o direcionamento e comportamento social cristão (PIERUCCI, 1998; BIÉLER, 1999; WEBER, 2004; MARCONDES, 2005; TEIXEIRA; MENEZES, 2006; BURITY, 2008; CATROGA, 2010; LACERDA, 2010; GOMES; FILHO, 2011; MACHADO, 2015; SPYER, 2020). Este quadro não é diferente no processo de orientação desta população em relação à disciplina brasileira da laicidade. Estes campos

reificados contribuem na construção das percepções e conhecimentos do senso comum em relação ao objeto da presente pesquisa.

Conhecido como a principal forma de conhecimento para a vida social, o senso comum funciona como um instrumento fundamental para se conceber e interpretar muitas questões da realidade. Em outros termos, são teorias para compreender a realidade social. Em sua gênese, o senso comum pode emergir de diversas perspectivas sobre um mesmo objeto de acordo com o lugar que os grupos sociais o interpretam, ainda que sejam pontos de vista contraditórios. Para se tentar compreender todo este processo de construção social do objeto, a teoria das representações sociais (TRS) oferece um recurso importante para a análise da tessitura social (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000; SÁ, 2002; CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018).

Representações Sociais (RS) são um campo psicossociológico que iniciou seu desenvolvimento com Serge Moscovici com o intuito de buscar compreender o processo de construção social da realidade, que implicava a análise das formas culturais de expressão dos grupos, a organização e transformação destas expressões e a função que estes objetos sociais cumpriam como mediadores entre o indivíduo e a sociedade (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000; SÁ, 2002).

Segundo Abric (2001), uma representação funciona como um sistema interpretativo da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social, orientando suas práticas e sendo influenciado por elas. Neste sentido, as RS têm implicações éticas, pois funcionam como uma norma social que informam e autorizam o que é considerado obrigatório, comum, eventual, inaceitável e anormal para se definir, julgar e agir diante de um objeto ou para se relacionar com ele. Em outras palavras, pode-se dizer também que toda representação orienta para o que se pode ou o que deve, e o que não pode ou não deve ser feito em determinadas situações, de acordo com determinados objetos (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000; WACHELKE; CAMARGO, 2007; CAMPOS, 2017).

Neste dinamismo entre representações e práticas sociais, o tema deste trabalho é relevante porque no contexto brasileiro de intensa polarização e pluralidade de ideias, a disciplina laicidade axiomatiza posicionamentos diversos de cristãos e não cristãos e se relaciona direta e indiretamente com múltiplos temas da pauta política. Compreender parte deste contraste político é compreender aquilo que funciona como axioma para os grupos envolvidos, desnudando o que para eles é uma proposição evidente que não

precisa ser demonstrada, mas que se manifesta no campo social constantemente através dos posicionamentos.

Considerando a ocupação cada vez maior de cristãos no mundo político, o ano passado de eleição presidencial colocou o catolicismo e o evangelicalismo em foco, seja nos discursos políticos partidários, seja nas teorizações e preocupações de parte da população cristã em relação ao próprio futuro religioso no país. Diversos veículos de informação comentaram sobre católicos e evangélicos neste contexto eleitoral.

Evangélicos e católicos estiveram no centro da competição de intenção de votos dos dois principais candidatos à presidência da república¹, além de ocorrerem diversas pesquisas de intenção de voto voltadas para estes públicos². Um bom exemplo deste contexto são os evangélicos que, dependendo do quadro, poderiam votar em qualquer um dos dois presidenciáveis por possuírem questões de interesse em ambas posições, seja a liberdade religiosa, seja pautas sociais voltadas para negros e mulheres³.

Uma das questões abordadas por Bolsonaro e Lula teve relação com a liberdade religiosa dos cristãos: em determinado momento da corrida eleitoral, diversas *fakenews* diziam que em caso de vitória de Lula, igrejas seriam fechadas, e padres e pastores que se recusassem a casar casais LGBTQIA+ seriam presos e teriam suas igrejas fechadas⁴. Após este ocorrido, o presidenciável emitiu uma carta falando a respeito⁵. Em relação a Bolsonaro, o discurso de preservação das liberdades religiosas sempre esteve presente em suas pautas⁶.

Além de casos de *fakenews*, a intensa polarização política deste período presidencial acarretou em conflitos internos nas igrejas, evidenciando que a politização

¹Lula reduz vantagem de Bolsonaro entre evangélicos: https://br.vida-estilo.yahoo.com/lula-reduz-vantagem-bolsonaro-entre-005600482.html?guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAA_N0ZvjRZozwyzyK_Yg4g5dIgcV07xCqmuy3liToZUKHYB4OkQp3iMd1r8pN-cCoA6KB13_8BvK7wEvX7uAFXrora4&guccounter=2

²Lula lidera entre católicos e Bolsonaro entre evangélicos: 1) <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62896472>; 2) <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-lidera-entre-catolicos-bolsonaro-e-preferido-de-evangelicos-diz-datafolha/> 3) <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/31/catolicos-e-sem-religiao-ajudaram-lula-a-contrapor-preferencia-por-bolsonaro-entre-evangelicos-aponta-estudo.ghtml>

³Como pensam evangélicas, que podem definir eleição para presidente: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61338823>

⁴Mensagem fake sobre fechamento de igrejas: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/10/07/e-fake-mensagem-que-diz-que-lula-declarou-que-ira-fechar-igrejas-em-2023.ghtml>

⁵Resposta de Lula às fakenews: <https://lula.com.br/lula-nao-vai-fechar-igrejas-assista-e-compartilhe/>

⁶Exemplo de caso onde reafirmou a pauta de liberdade religiosa: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/11/presidente-jair-bolsonaro-assina-acordo-de-entendimento-para-promocao-da-liberdade-religiosa>

religiosa alcançou níveis profundos em muitas destas instituições. Casos que vão desde insubordinação e irreverência às autoridades eclesiásticas⁷ à violência ou perseguição contra irmãos de fé que possuem posicionamentos políticos divergentes⁸.

Outro possível indício de que o tema de liberdade de expressão religiosa tem se tornado parte do repertório do senso comum de cristãos vem dos veículos de informação religiosos. O *Christianity Today* é uma das maiores plataformas de informação evangélica/protestante do mundo, tendo filiais em diversos países. Duas semanas antes do primeiro turno das eleições, tal veículo publicou artigos sobre a importância do voto evangélico⁹ e da liberdade de expressão para os cristãos¹⁰, sendo tal liberdade importante para a livre expressão de ideias cristãs no cenário democrático brasileiro.

Diante deste quadro, este trabalho estudou de forma comparativa as concepções da disciplina brasileira de laicidade para cristãos (católicos e evangélicos) e não adeptos a tais religiões, com base no tripé de liberdade de consciência, igualdade entre cidadãos e neutralidade do Estado (FREIRE; REIS, 2018). A base teórica foi o arcabouço teórico-metodológico da abordagem estrutural das Representações Sociais para a investigação da provável estrutura composta por um núcleo central e periferias no objeto social estudado.

A escolha de dividir a amostra entre cristãos e não-religiosos e/ou de outras religiões teve como base apontamentos realizados por Catroga (2010), Peyrefitte e Beauvais (1976; 1976, apud BIÉLER, 1999, p. 34) que falam que as sociedades europeias de raízes católicas desenvolveram suas concepções político-culturais com base em pressupostos hierarquizantes e autoritários enquanto as sociedades protestantes europeias tinham uma tendência político-cultural liberal, de autonomia moral e individualista, evidenciando assim estruturas pressuposicionais teológicas que influenciam na interpretação da sociedade pelo indivíduo. Dito de outra maneira, a religião cristã tem um potencial poder de influência sobre a cosmovisão de seus adeptos, inclusive em relação às dinâmicas políticas como a disciplina de laicidade. O grupo de religiosos de outras raízes ou não-religiosos foi escolhido para observar as diferenças e igualdades em relação ao outro grupo.

⁷Caso de insubordinação eclesiástica: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/19/mulher-grita-com-padre-em-missa-apos-ele-citar-marielle-franco-em-homilia.htm>

⁸Caso de violência entre irmãos de fé: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/09/04/coisa-do-demonio-diz-evangelico-baleado-por-irmao-pm-em-igreja-de-go.htm>

⁹Sobre a importância do voto evangélico: <https://www.christianitytoday.com/ct/2022/september-web-only/eleicoes-brasil-lula-bolsonaro-politica-evangelicos-pt.html>

¹⁰Sobre a importância da liberdade de expressão para o cristão: <https://www.christianitytoday.com/ct/2022/september-web-only/liberdade-expressao-cristaos-democracia-evangelho-pt.html>

Os processos de secularização e laicização, de emancipação das diversas esferas da vida social da religião, apresentaram-se de maneiras distintas nos países católicos e nos países protestantes. Nas nações católicas a emancipação foi marcada pelo conflito entre grupos clericais, religiosos e grupos laicistas, anticlericais. Nos países protestantes a oposição não se configurou entre dois campos irreduzíveis, laicistas contra religiosos, mas a emancipação da religião seguiu uma lógica de secularização, menos conflitual e mais colaborativa que a lógica laicizadora das nações de herança católica (RANQUETAT JR, 2008; CATROGA, 2010).

Enquanto nas nações católicas houve mobilizações do poder político para subtrair, completamente ou parcialmente, os indivíduos e as diferentes esferas da atividade social da influência da Igreja, nos países protestantes a igreja se torna subordinada ao Estado em suas diversas ramificações. Nestas nações o protestantismo não é percebido como uma potência em concorrência com o Estado, tal como é o catolicismo em suas nações (CHAMPION, 1999, apud RANQUETAT JR, 2008). Estes fatos históricos podem indicar que as respectivas posturas político-culturais nos países católicos e protestantes representaram reações à Igreja, a partir do tipo de relação que esta tinha com a população e o poder político. Como exemplo para cada um dos quadros, cita-se a França enquanto uma antiga nação católica e dos Estados Unidos da América enquanto uma nação protestante (CATROGA, 2010). Independentemente da maneira, o cristianismo demonstra-se como um forte influenciador social. Uma hipótese abordada no presente trabalho foi sobre como estes traços históricos e teológicos característicos impactam de na representação da disciplina brasileira da laicidade por grupos cristãos ainda hoje.

A presente pesquisa não separou cristãos entre protestantes/evangélicos pentecostais e tradicionais, tampouco entre católicos carismáticos e ortodoxos, pois, do ponto de vista político, ambos em tais grupos comportam-se de maneiras semelhantes no que tange a suas pautas de interesse na legislação, que giram entorno de questões morais em prol da família tradicional e de valorização da vida desde a concepção (GOMES; FILHO, 2011; MACHADO, 2015; SILVA, 2017; SPYER, 2020). As diferenças do pentecostal e carismático em relação ao não pentecostal e ao católico ortodoxo, respectivamente, tangem mais às questões teológico-práticas do seu funcionamento interno, com uma ênfase na subjetividade, emotividade e na experiência extática da glossolalia¹¹ (TEIXEIRA; MENEZES, 2006; MACHADO, 2015; SPYER, 2020).

¹¹ É a capacidade de falar línguas desconhecidas quando em transe religioso, o chamado “línguas estranhas”.

A indagação que movimentou este trabalho está presente a partir de vivências do autor que entende que as lógicas de ambas as vertentes expressam com precisão a divisão que se encontra no Brasil polarizado da atualidade. Enquanto uns creem que é preocupante e moralmente errado que alguma religião tenha voz política assim como, por exemplo, os grupos identitários, outros entendem como uma voz legítima da qual muitas vezes é rechaçada do ambiente democrático com a justificativa de serem opiniões intrinsecamente religiosas, pressupondo uma falta de neutralidade que seria devida para compor os valores sociais e políticos do ambiente público. A questão é: existe a possibilidade de haver uma opinião neutra?

Diante desta fundamentação, a partir da análise dos dados, o presente trabalho buscou compreender como cristãos e não-religiosos e/ou de outra raiz religiosa possivelmente representam o conceito de laicidade. A pesquisa partiu de duas questões norteadoras: i) qual o pensamento social que estes grupos compartilham sobre o que é laicidade? ii) quais características são importantes para eles reconhecerem a laicidade?

2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 A concepção de um campo como antecedente de uma teoria

A Teoria das Representações Sociais (TRS) emergiu em um momento onde as tendências das pesquisas em psicologia social possuíam um caráter estritamente intraindividual/intrapessoal e interindividual/interpessoal, concretizando um marco na história deste campo do conhecimento ao concebê-lo em seus pressupostos a partir de uma ótica diferente da convencional. Seu autor seminal, Serge Moscovici, movido pela percepção de que este campo de pesquisa pouco se diferenciava e muito se confundia em seu objeto de estudo em relação aos campos dedicados à psicologia mais individual, estabeleceu o paradigma da TRS que possibilitou a superação da dicotomia indivíduo x social que o cercava, diferenciando de forma mais clara a psicologia social dos outros campos da psicologia e também da sociologia (SÁ, 2002; MOSCOVICI, 2007; MARKOVÁ, 2017).

Para Moscovici (1984), a Psicologia Social se ocupa de um único problema: como se produz as questões do conflito entre indivíduo e sociedade? na sua opinião, este é o problema que este campo científico tenta responder através das suas mais variadas áreas pesquisas. Para o autor:

Sempre que a psicologia social se esquece deste problema para estudar de forma paralela e com independência um do outro, ou seja, o social do individual, como ocorre nos Estados Unidos, perde sua personalidade, convertendo-se em um apêndice, inútil, de outra ciência (MOSCOVICI, 1984).

Na ótica de Moscovici (1984), não existe nenhum limite preciso que distingue a psicologia social de outros campos da psicologia ou da antropologia, visto que todas estas disciplinas compartilham em grande medida um mesmo interesse pelas relações humanas e os grupos humanos, fora o fato de possuírem em comum conceitos como representação, influência, aprendizagem, etc. Considerando a ausência de um território próprio, a marca desta disciplina está no seu enfoque, no seu olhar, na maneira de observar os fenômenos e as relações, está na visão psicossocial sobre estes.

Segundo Camargo, Schlosser e Giacomozzi (2018, p. 5), “Moscovici visualizou uma Psicologia Social cujo enfoque fosse os fenômenos psicológicos da perspectiva da vida social e cultural, e não uma psicologia cujo intuito fosse adicionar uma dimensão

social aos fenômenos individuais”. Esta perspectiva procurou superar o intrapsiquismo característico que até então marcava os modelos microteóricos em Psicologia Social.

Segundo Wachelke e Camargo (2007), a Psicologia Social tem como área de estudo os processos de interação social, visando caracterizar e investigar as influências mútuas entre os sujeitos e a realidade dos grupos sociais da qual pertencem, ou, em último nível, a sociedade. Esta forma de se conceber este campo foi fundamental para que Serge Moscovici desenvolvesse o conceito das representações sociais. Esta teoria dá atenção no estudo das relações intergrupais e na abordagem cultural e societal dos processos sociopsicológicos, possibilitando investigar questões relacionadas à cognição de grupos, difusão de saberes, relação do pensamento e comunicação e à gênese do senso comum, o que era negligenciado até então pela tradição psicossociológica vigente (SÁ, 2002; WACHELKE; CAMARGO, 2007; MOSCOVICI, 2007; CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018).

2.2 Desenvolvimento

A gênese conceitual da TRS é oriunda da antropologia e sociologia de Lévy-Bruhl e Durkheim, pois serviram de elemento crucial para a construção da teoria os estudos de tais autores sobre o pensamento mítico, a religião e a magia. Também foi influenciada pela teoria da linguagem proposta por Saussure, além de estar presente na teoria das representações infantis de Piaget, e na do desenvolvimento cultural de Vygotsky (CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018; NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020).

O conceito de representações coletivas de Durkheim possuiu um papel especial no desenvolvimento das reflexões de Moscovici. Sua noção conceitual trazia consigo a ideia de que a condição de existência de todo o pensamento organizado é oriunda da vida social. Em outras palavras, são diferentes formas de saberes e pensamentos partilhados através da vida social que se impõem aos indivíduos de maneira que não tenham consciência deles (CASTRO, 2002; NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020).

Para Durkheim, as representações coletivas são estáveis em sua transmissão e reprodução e perduram por gerações, atravessando obrigações de crenças, mitos, imagens, etc., o que as tornam um conceito homogeneizador e contribuinte para a garantia da coesão e conservação social. Esta caracterização representa um considerável estancamento em relação as representações individuais, já que os fenômenos sociais adquirem uma realidade própria e autônoma que é exterior aos indivíduos ao passo que

também é interior a eles. Esta interpretação dicotômica entre indivíduo e sociedade, o coletivo e o individual, remonta todo o contexto de separação radical dos campos da psicologia e sociologia da época (CASTRO, 2002; MOSCOVICI, 2007; CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018; NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020).

Diante das lacunas teóricas, Moscovici reviu todas estas questões ao compreender que as representações podem mudar dependendo das circunstâncias sócio-históricas. O autor ressaltou o caráter dinâmico e plural das sociedades modernas, onde era possível coexistir diversos entendimentos e modos de organização do pensamento, diferentemente da era pré-moderna, onde a forma de organização era menos complexa. Neste contexto, Moscovici reformulou o conceito e o transformou numa teoria que constituiria um novo objeto da psicologia social: o estudo das representações sociais (MOSCOVICI, 2007; CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018; NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020).

A raiz do argumento de Moscovici a respeito da transformação das formas coletivas de criação nas sociedades pré-modernas para as modernas está relacionada principalmente com a legitimação. Nas antigas sociedades eram as instituições centralizadas na Igreja e Estado, no Bispo e no Rei, que regulavam a legitimação do conhecimento e crenças. Já a modernidade, de maneira contrastante, é marcada pelos diversos centros de poder de tal maneira que a regulação do conhecimento e da crença não é mais exercida de um mesmo modo, possuindo condições descentradas de legitimação e autoridade. A garantia da legitimação não está mais na intervenção divina, mas se torna parte da própria dinâmica social que está mais complexa e contestada, promovendo representações de diferentes grupos sociais que procuram estabelecer uma hegemonia (MOSCOVICI, 2007).

O processo de transição para a modernidade também é marcado pelo papel das novas formas de comunicação, originadas pelo desenvolvimento da imprensa e a difusão da alfabetização, que geraram novas possibilidades para a circulação de ideias e contribuiu para o aumento de grupos sociais no processo de produção psicossocial do conhecimento. Neste contexto de aumento e velocidade de circulação de informações, a ciência encontrou um espaço para ser uma fonte importante no surgimento de novas formas de saberes e crenças, mesmo possuindo uma linguagem distante da vida comum do social. A tese que Moscovici desenvolveu está situada neste quadro (CASTRO, 2002; MOSCOVICI, 2007; PATRIOTA, 2007; CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018).

O vasto campo psicossociológico foi inaugurado por Serge Moscovici, através da sua tese de doutorado intitulada “*La psychanalyse, son image et son public*” (1961, 1976), onde o pesquisador tinha interesse em investigar as representações leigas do conhecimento científico a respeito da psicanálise, aferindo o limite entre a ciência e o pensamento de senso comum. Dentre tantos resultados e discussões, o trabalho evidenciou a existência do processo de (re)produção do senso comum e como o pensamento reificado (científico, formal) pode ser transformado em pensamentos populares cotidianos (SÁ, 2002; MARKOVÁ, 2017; CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018; NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020).

Outrossim, a proposta de construção teórica decorrente buscou analisar os processos pelos quais os indivíduos constroem teorias sobre os objetos sociais quando inseridos num contexto de interações sociais. Deste ponto de vista, “as RS não são construídas unicamente por teorias científicas acerca dos objetos, mas também por fenômenos culturais, ideológicos, das vivências e experiências do cotidiano” (VALA, 2006, apud CAMARGO; SCHLOSSER; GIACOMOZZI, 2018)

O processo de (re)produção de representações pressupõe como sua principal via de formação, manutenção e mudança a comunicação e linguagem da vida cotidiana. Dependendo da atribuição de sentidos e o uso de palavras, a representação social se transforma. Segundo Marková (2017, p. 363):

Interações heterogêneas entre os grupos e seus contextos específicos produzem uma variedade de estilos de pensamento e comunicação, alguns baseados em consenso, outros em dissenso e contradição. Comunicação não conduz necessariamente a uma melhor compreensão, harmonia e progresso.

Estes consensos e dissensos comunicacionais se reproduzem e circulam no ambiente social e cultural, contribuindo na construção do conhecimento de senso comum. Esta forma de aprendizado varia conforme inserções específicas num contexto de relações sociais, ou seja, esta modalidade de conhecimento está intrinsecamente ligada à realidade das categorias e grupos sociais, capacitando o acesso dos seus membros à uma visão de mundo e contribuindo para sua identidade social (ABRIC, 2001; JODELET, 2001; WACHELKE; CAMARGO, 2007; BÔAS, 2010).

Esta coexistência de diferentes modalidades de pensamento e conhecimento, e a habilidade de transformação destes em outros pressupõe uma característica sócio-histórica das representações a distinguindo de outros objetos de estudo comuns da

psicologia social, pois significa que são fenômenos não replicáveis universalmente e que, dependendo das condições culturais específicas, podem mudar ao longo do tempo (BÔAS, 2010; MARKOVÁ, 2017).

Segundo Bôas (2010), o caráter histórico das representações sociais é notável ao considerar que nenhuma representação é criada do nada, mas ancorada e aproveitada de outras representações e contexto. Elas “são alimentadas tanto por conhecimentos oriundos da experiência cotidiana como pelas reapropriações de significados historicamente consolidados” (p. 380). Esta reapropriação,

longe de ser estática, é permeada por certa plasticidade na medida em que cada geração altera, ou não, o sentido e a compreensão dos conhecimentos preexistentes e dos significados historicamente consolidados. Ou seja, cada contexto atual seleciona um conteúdo do passado que será reatualizado por meio de um recorte e de uma interpretação própria, dependentes, em última instância, do sentido que um determinado grupo irá atribuir ao seu espaço de experiência e horizonte de expectativa (p. 380-381).

O papel da historicidade das representações é fundamental na compreensão dos processos de generatividade e de construção de estabilidade, visto que estes fenômenos são fruto da reapropriação dos conteúdos advindos de outros períodos cronológicos como daqueles gerados pelos novos contextos, o que permite que se estabeleçam, ao mesmo tempo, como pensamento constituído e constituinte (SUÁREZ MOLNAR, 2003, apud BÔAS, 2010).

Ao comentar sobre o caráter histórico e o poder de imposição das representações sobre o pensamento humano, Moscovici (2007) relata que elas são transmitidas enquanto um produto sequencialmente completo de elaborações e mudanças que acontecem no decurso do tempo e são o resultado sucessivo de gerações. Neste sentido, todos os sistemas de imagens, classificação e descrição que circulam na sociedade “implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente” (p. 37).

Segundo Moscovici (2007),

Nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a clareza peculiares das representações - isto é, das representações sociais - deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe (p. 37-38).

2.3 O fenômeno das Representações Sociais

As RS podem ser compreendidas como um conjunto de fenômenos sociais e seus processos relativos ao conhecimento do senso comum como também a teoria construída para explicar estes fenômenos (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000; SÁ, 2002). Segundo Jodelet (2001, p. 5), as representações sociais,

como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais.

A proposta básica do estudo de representação social é a busca de compreensão do processo de construção social da realidade, pressupõe investigar o que os indivíduos pensam, por que pensam e como pensam (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000; BERTONI; GALINKIN, 2017). Segundo Abric (2001), uma representação funciona como um sistema interpretativo da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social, ou seja, ela determina os comportamentos e práticas. Segundo Almeida e Santos (2011), citados por Bertoni e Galinkin (2017), a TRS está centrada no funcionamento do pensamento cotidiano, com raízes na sociologia, antropologia, psicologia construtivista, sócio-histórica e cultural.

No que se refere a finalidade das representações sociais, Wachelke e Camargo (2007) comentam que o seu papel “é classificar os eventos da vida social segundo uma grade de interpretação grupal, permitindo ações relativas a esses acontecimentos” (p. 381). Este processo se refere à construção de signos para lidar com o desconhecido e imediato futuro, limitando sua incerteza, transformando o futuro em passado (VALSINER, 2003, apud WACHELKE; CAMARGO, 2007).

As RS são modalidades de conhecimento que circulam no cotidiano. Por meio da interação entre indivíduos, cria-se a necessidade de nomear e tornar concreto o que ainda não se tornou familiar. Em outras palavras, um dos papéis da representação é “convencionalizar” os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram; elas lhes dão forma e localizam em uma determinada categoria, e gradualmente colocam como modelo de um determinado grupo de pessoas, contribuindo para a sua familiarização. Portanto,

todos os sujeitos estão envoltos em imagens, linguagem ou cultura que são impostos por representações do grupo ao qual se pertence (BERTONI; GALINKIN, 2017).

Em relação a estrutura básica para se reconhecer uma representação social, Moscovici indicou três dimensões: 1) informação, que diz respeito a organização dos conhecimentos em quantidade e qualidade que um indivíduo e/ou grupo possui a respeito de um objeto social; 2) atitude, pois focaliza e orienta globalmente os indivíduos em relação ao objeto da representação; e 3) campo de representação, que é onde os conteúdos da informação e atitude são estruturados. Suas propriedades qualitativas e imageantes se organizam em uma série hierarquizada de elementos, oferecendo um modelo social ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto específico do objeto representado (SÁ, 2002; NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020).

Possuindo um papel fundamental na dinâmica das práticas e relações sociais, as RS respondem a quatro funções essenciais: 1) função de saber, pois possibilitam a compreensão e explicação da realidade. As representações facilitam a comunicação social e permitem as trocas sociais, a transmissão e a difusão do saber do senso comum; 2) função identitária, onde determinam a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. A definição da identidade do grupo garante a imagem positiva do grupo de inserção e terá um importante papel no controle social pela coletividade nos processos de socialização; 3) função de orientação, pois orientam os comportamentos e as práticas. O processo de guia das condutas pelas representações resulta em três fatores essenciais: a representação impacta diretamente nas relações sociais, cria um sistema de antecipações e expectativas sobre a realidade e é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórios. Ou seja, elas dizem o que é lícito, tolerável ou aceitável em um dado contexto social; 4) função justificadora, que possibilitam a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos *a posteriori* (ABRIC, 2001).

2.4 A emergência e generatividade das Representações Sociais

Faz-se importante destacar que as RS não são criadas por um indivíduo isoladamente, mas são geradas através das relações interpessoais intragrupoais, o que implica que para se realizar a investigação de uma representação é necessário que seja estudado pelo menos um grupo que em algum momento tornou determinado elemento da cultura em “familiar” e replicável entre seus membros. Para que isto ocorra, o objeto social precisa preencher certas condições que necessariamente estejam de acordo com

posicionamentos do grupo em questão, para que emergja como uma representação. Estas condições são conhecidas como dispersão da informação, focalização e pressão a inferência (SÁ, 2002; BÔAS, 2010; BERTONI; GALINKIN, 2017).

A dispersão da informação diz respeito ao fato de os indivíduos estarem sujeitos a uma grande quantidade de informações difusas e dispersas em seu entorno social que que de alguma forma necessitam ser integradas e processadas, o que contribui para uma defasagem quantitativa e qualitativa da informação disponível e a informação necessária para uma compreensão sólida de um objeto. Cabe observar que este defasamento não é independente das clivagens sociais, pois não apenas as informações não circulam da mesma forma, como também não circulam os mesmos tipos de informação em todos os grupos sociais. Outrossim, as informações circulantes no meio social muitas vezes não são claramente definidas, mas ambíguas e imprecisas, e também se manifestam igualmente confusas de formas distintas para todos (SÁ, 2002; BÔAS, 2010).

Já a focalização se refere à posição do grupo social em relação ao objeto de representação de acordo com os seus recursos educativos e interesses profissionais ou ideológicos, parametrizando quais aspectos do objeto são interessantes em detrimento de outros. Este elemento contribui na focalização de diversos domínios do meio de acordo com o que se julga pertinente para cada grupo social, produzindo representações mais sólidas e fluidas acerca de objetos distintos e iguais (SÁ, 2002; BÔAS, 2010).

Por último, a pressão à inferência ocorre quando o objeto social faz apelo às representações de determinado grupo, se tornando igualmente relevante para este naquele contexto, refletindo o posicionamento social dos sujeitos na sua relação com o grupo e do grupo na sua relação com outros grupos. Dito de outra forma, este fenômeno contribui para que os indivíduos adiram às opiniões dominantes do grupo. Uma marca deste acontecimento é a sensação de necessidade de tomada de posição sobre o objeto, onde a posição a ser tomada deve servir aos objetivos individuais e/ou grupais (SÁ, 2002; BÔAS, 2010).

Diante de um contexto onde existem condições necessárias para que um objeto social seja representado, a familiarização é viabilizada. Este processo é chamado de ancoragem e objetivação, onde um grupo torna familiar um artefato cultural (SÁ, 2002; BÔAS, 2010; BERTONI; GALINKIN, 2017).

Segundo Patriota (2007),

a ancoragem corresponde à classificação e denominação das coisas estranhas, ainda não classificadas nem denominadas. Consiste na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social preexistente. Ancorar é encontrar um lugar para encaixar o não-familiar, é pegar o concreto e lhe atribuir um sentido.

Para Bôas (2010), o processo de ancoragem possui o duplo objetivo de permitir a construção de sistemas de pensamento e compreensão, e de engendrar visões consensuais e aceitáveis de ação. Portanto, é através do processo de ancoragem que a representação cria raiz nas relações sociais, a partir dos quadros de pensamentos preexistentes que são acessados com o objetivo de familiarizar as experiências estranhas e novas, permitindo a integração do objeto no sistema de valores do sujeito.

A ancoragem implica 1) uma atribuição de sentido, onde há o enraizamento de uma representação em uma rede de significados interligados e hierarquizados a partir de conhecimentos preexistentes e é dado um sentido e um nome ao novo objeto; 2) instrumentalização do saber, pois dá um valor funcional à representação, na medida em que se torna uma teoria orientadora, possibilitando a tradução e compreensão do mundo social; e o 3) enraizamento no sistema de pensamento, pois as representações novas são impressas em um sistema de representações preexistentes, tornando-se familiares, ao passo que simultaneamente transformam o conhecimento anterior. Assim, o sistema de pensamento preexistente ainda predomina e funciona como orientador dos mecanismos de classificação, comparação e de categorização do novo objeto (CASTRO, 2002; SÁ, 2002; BÔAS, 2010; BERTONI; GALINKIN, 2017).

Já a objetivação é duplicação de um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, naturalizá-lo, corporificar os pensamentos, tornar físico e visível o impalpável, ou seja, transformar o objeto representado associando-o a uma imagem que o expresse significativamente (CASTRO, 2002; SÁ, 2002; PATRIOTA, 2007; BÔAS, 2010).

Este fenômeno de objetivação também implica três movimentos: 1) a seleção e descontextualização dos dados informativos, onde os sujeitos selecionam e destacam algumas informações privilegiadas do contexto original e reorganiza-os em um outro conjunto teórico, onde novamente são integrados ao sistema de pensamento do grupo em questão. Esta descontextualização é influenciada a partir de conhecimentos anteriores do grupo, como valores culturais ou religiosos, tradições, experiência prévia etc; 2) a formação do núcleo figurativo, que é a construção de um modelo figurativo, um núcleo imaginante a partir da transformação do conceito. Ou seja, é a composição de um esquema

onde determinados elementos passam a ter um papel mais importante do que outros, através da construção de uma estrutura imaginária dependente de uma estrutura prévia conceitual; e a 3) naturalização dos elementos, onde estes esquemas figurativos que foram construídos passam a ser identificados como elementos da realidade do objeto, ou seja, a imagem passa a ser tratada como o próprio fenômeno em si (CASTRO, 2002; SÁ, 2002; BÔAS, 2010; BERTONI; GALINKIN, 2017).

Segundo Jovchelovitch (1995), citado por Nogueira e Di Grillo (2020), são os processos de ancoragem e objetivação que realizam a concreticidade das representações sociais na vida cotidiana por meio de suas mediações, de maneira a trazer ao nível quase material a produção simbólica de determinado grupo social.

2.5 A abordagem estrutural das RS

As representações sociais receberam diversas críticas referentes ao seu aparente caráter vago em termos metodológicos que se conectassem com suas definições consideradas pouco precisas de certos conceitos e funções. A definição de Moscovici a respeito do propósito familiarizador das representações não era suficiente para lidar com questões levantadas pela própria teoria. Doise (1993), citado por Sá (2002), fala que a TRS “é basicamente uma teoria geral sobre o metassistema de regulações sociais que intervêm sobre o sistema de funcionamento cognitivo”. Esta concepção das representações como uma “grande teoria” demandava complementações de proposições diversas para lidar com as questões mais específicas (SÁ, 2002).

Desde a fundação da teoria das representações sociais, Moscovici sempre evitou considerar que sua teoria estivesse esgotada em termos de desenvolvimento, mas pelo contrário, sempre estimulou que existissem pesquisas e empreendimentos que possibilitassem o seu avanço. Este fato permitiu a superação de diversos impasses epistemológicos ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, deu certa fluidez conceitual à teoria, dando fecundidade e vitalidade que geraram múltiplas interpretação e execuções metodológicas que a avançaram (JODELET, 2001; SÁ, 2002).

Neste cenário, em determinado momento surge uma abordagem que concebe as representações a partir de uma ótica estrutural com o intuito de proporcionar um corpo de proposições que contribua para uma melhor compreensão das práticas sociais e para o fazer das pesquisas deste campo de conhecimento. Seminalmente desenvolvida por Jean-Claude Abric em 1976, a teoria do Núcleo Central é uma ideia complementar à TRS e

deriva suas características mais marcantes do envolvimento sistemático com a prática experimental, contribuindo para ampliação da compreensão, identificação e interpretação das representações (SÁ, 2002; BÔAS, 2010).

Uma das fontes de inspiração da proposição básica da teoria do núcleo central – que toda representação, como o próprio nome sugere, possui um núcleo estruturante - foi o que Moscovici chamou de “núcleo figurativo”, uma fase referente ao processo de objetivação na geração de uma representação. As diferenças estão no papel e grau de importância do núcleo: enquanto o figurativo era mais limitado à função imaginante e genética da representação, o núcleo central é considerado fundamental para toda representação constituída, podendo superar o simples papel de objeto da representação para ter sua origem diretamente em valores que o transcendem. Este salto que tira a necessidade do núcleo ser imagético denota um movimento em direção à acentuação dos aspectos valorativos e cognitivos em detrimento da dupla natureza simbólica e figurativa proposta por Moscovici, que eram de difícil demonstração e manejo em termos de pesquisas empíricas (ABRIC, 2001; SÁ, 2002).

Partindo da proposta de uma melhor compreensão, identificação e interpretação da representação, somado aos dados amplamente constatados pelos estudiosos deste campo do conhecimento, Abric (2001) buscou lidar com dois aspectos ao construir sua teoria complementar: 1) dependendo do lugar que os elementos ocupam dentro de uma representação, eles podem ser mais flexíveis ou rígidos; e 2) ao mesmo tempo que as representações são consensuais, também são altamente plurais a nível interindividual.

Neste contexto, o autor conclui que as representações sociais possuem uma estrutura que é constituída por um conjunto de *cognemas* (conteúdos de pensamento) que são organizados e possuem status diferenciados. Mais especificamente para o autor estes elementos que compõem uma representação são hierarquizados, ponderados e mantêm, entre si, relações que determinam o significado, e o lugar que ocupam no sistema representacional. A partir desta leitura, Abric estabeleceu que uma RS pode ser compreendida como um conjunto de ideias centrais e periféricas, que se relacionam entre si e que são pensadas por um grupo acerca de um objeto (ABRIC, 2001; SÁ, 2002; WOLTER, 2018).

As ideias centrais são chamadas de núcleo central, que corresponde a um ou mais elementos que funcionam como o centro rígido da estrutura de uma representação social onde é determinado o seu significado e a lógica de sua organização interna, sua identidade. Ele é ligado e determinado pelas condições sócio-históricas e ideológicas de

um grupo, marcado pela memória coletiva do mesmo e pelo sistema de normas e valores ao qual utiliza como referência. É a base comum consensual do grupo, por onde se define e acontece a homogeneidade social dele (ABRIC, 2001; SÁ, 2002; WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Este caráter base do núcleo o caracteriza como coerente, estável e altamente resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e permanência da representação. Isso o torna relativamente independente do contexto social e material imediato onde fica em evidência, transparecendo a sua faceta normativa (ABRIC, 2001; SÁ, 2002).

Em torno da parte rígida organizam-se os elementos periféricos que possibilitam um caráter de flexibilidade para a representação social sem remover o seu núcleo, possibilitando uma habilidade adaptativa e contextualizadora frente à experiência da realidade, contribuindo assim para a expressão individualizada que o sujeito desenvolve da representação (ABRIC, 2001; SÁ, 2002; PATRIOTA, 2007).

De maneira detalhada, a periferia tem um caráter funcional, onde possui uma função concretizadora do sistema central que torna mais sólido suas ideias em termos de condutas e tomadas de posições sendo sensível aos contextos imediatos. Também tem traços regulatórios de defesa, pois se adapta aos constrangimentos, contradições e questões situacionais que podem ocorrer ao surgir um novo elemento diante do grupo, garantindo uma mobilidade e evolução da representação. Estes traços mais individualizados da RS funcionam como *scripts* das práticas sociais concretas, descrevendo e orientando as ações dos sujeitos (ABRIC, 2001; SÁ, 2002; BERTONI; GALINKIN, 2017).

Apesar dos elementos centrais buscarem dar estabilidade para a representação, as RS são constructos dinâmicos que estão sujeitos a alterações. Embora haja um sistema de defesa e manutenção para o seu manutenção, ainda assim estas são sujeitas a transformações. A definição de mudança está relacionada a alteração do sistema central, que implica a perda da sua identidade original. As mudanças podem ocorrer na relação do grupo com o objeto, nas relações intergrupais, ou ainda em mudanças do contexto social (ABRIC, 2001; WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Uma pesquisa em representação social pode ser considerada da linha estrutural quando o pesquisador busca apreender não só o conteúdo da representação, mas também as relações entre os conteúdos e a dinâmica do todo. Atualmente, existem diversas técnicas que buscam compreender as dinâmicas estruturais de uma representação social, porém uma merece o destaque: a análise prototípica. A análise prototípica é capaz de

captar os cognemas, auxiliando no processo de levantamento dos elementos que compõe o núcleo central e a periferia. É a técnica de estudo mais utilizada no Brasil para dar suporte na compreensão da relação do objeto representacional com os seus cognemas e será uma das técnicas utilizadas neste trabalho (WOLTER; WACHELKE; NAIFF, 2016; WOLTER, 2018).

A análise prototípica consiste no levantamento de evocações proferidas pelos participantes de uma pesquisa ao se depararem com o objeto representacional, para em seguida serem classificados em um gráfico de quatro casas a partir de duas coordenadas que se relacionam com a frequência e ordem de evocação dos elementos evocados (WOLTER; WACHELKE; NAIFF, 2016; WOLTER, 2018).

Considerando todo o seu arcabouço teórico-metodológico, a Teoria das Representações Sociais foi extremamente útil para esta pesquisa, visto que considera diversos fatores e atravessamentos de alta complexidade social, encaixando-se perfeitamente no estudo do objeto alvo da pesquisa: a laicidade.

3 A LAICIDADE

Segundo Ranquetat Jr (2008), laicidade é um fenômeno político que deriva do Estado e não da religião, tem caráter restritivo e pode ser compreendido como a exclusão ou ausência da religião da esfera pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Esta neutralidade apresenta dois sentidos diferentes, quais sejam: o primeiro já supracitado, relacionado com a ausência/exclusão da religião e o segundo ligado ao sentido de imparcialidade do Estado com respeito às religiões, o que resulta na necessidade do Estado em tratar com igualdade as religiões sem as excluir dos espaços públicos.

O termo Laicismo e Laicidade são conceitos que derivam da expressão grega clássica *laos* (adj: *laikos*), expressão que designava o povo em sentido lato, tão abrangente ou tão universal quanto possível. O termo *laos* referia-se, portanto, à entidade população, ao povo todo sem nenhuma exceção. Da mesma expressão grega *laos/laikos* também derivou, mas passando pelo latim, a palavra portuguesa “leigo” com o significado de *não clérigo*, termo que gera frequentemente problemas, ao ser, acidental ou deliberadamente, confundido com a atual expressão “laico”, que tanto pode servir para designar um adepto ou um militante do laicismo, como para adjetivar essa sua postura ou uma ação (GOMES; FILHO, 2011).

Segundo a historiadora francesa Valentine Zuber (2010), o termo “laicidade” designa uma realidade proteiforme que é atravessada por diversos campos de reflexão ou de ação como os domínios filosóficos, jurídicos, sociológicos e históricos. Para a autora, “a laicidade encontra-se na interface, no lugar intermédio, em relação às religiões e aos sistemas religiosos”. Evidencia-se nas relações entre as diversas religiões, mas também nas relações existentes entre Estado(s), religião(ões) e sociedade civil.

A laicidade almeja uma construção de sociedade onde qualquer grupo social de aspiração dominante não se possa impor de forma autoritária, totalitária ou autocraticamente aos demais elementos que a constituem; uma sociedade onde há um espaço público que pertença de forma efetiva a todos os indivíduos que nela convivem, seja os que nela nasceram, seja os que a ela foram agregados; sem exceção, isenção a todos de qualquer constrangimento autoritário de tipo identitário. Vislumbra uma sociedade aberta, inclusiva e livre (GOMES; FILHO, 2011).

Atualmente, a laicidade é o símbolo da liberdade de crença, é a garantia de certos direitos ao cidadão em grande parte do mundo. Segundo Domingos (2010, p. 55), são princípios garantidos pela laicidade: a liberdade

1. de ter crença religiosa ou não;
2. de praticar uma religião, caso o indivíduo a tenha;
3. de trocar de religião;
4. de não ser perseguido nem ofendido por práticas ostentatórias de outras religiões;
5. aos familiares de decidirem pela educação religiosa, ou não, de seus descendentes;
6. para que esta educação religiosa não se choque com suas convicções, respeitando-as;
7. de não ser discriminado por outros indivíduos, organizações ou mesmo pelo serviço público em função de sua(s) crença(s).

Esta laicidade aqui conceituada percorre a marcha histórica da definição de laicidade, da qual obedece a uma lógica de proposição explícita das relações entre Igreja e Estado, em que a tolerância à diversidade de religiões foi primeiramente afirmada em John Locke, depois estendida para aqueles sem religião (ateus ou agnósticos) com Pierre Bayle e, finalmente afirmada em Condorcet como indiferença do Estado a respeito de todas as perspectivas religiosas e salvaguarda do mesmo à possibilidade de crer (ou não) no que se desejar, com a consequência de que o liame político baseia-se em si mesmo e não na filiação a um credo ou outro (LACERDA, 2010).

A ideia de Estado Laico teve suas raízes filosóficas e teóricas devidas na Europa moderna, e só foi possível de ser concebida num terreno religioso do qual as relações Igreja x Estado eram ainda próximas. Seu tronco encontra-se plantado no período do Renascimento, século XVI, com sua valorização do homem e crítica às hierarquias religiosas e da Reforma Protestante que, a partir de Lutero com seu discurso diante da Dieta de Worms¹², em 1521, recusa retratar-se de sua opinião religiosa divergente da visão da igreja romana. Apesar de Lutero ter apenas defendido seu ponto de vista a respeito da salvação, alguns autores apontam que, do ponto de vista filosófico, esta ruptura eclesiástica representa a gênese moderna da liberdade individual e da consciência como lugar de certeza, sendo o indivíduo capaz pela sua luz natural de chegar à verdade e contestar a autoridade institucional e o saber tradicional religioso. Esta ideia mais tarde

¹² A Dieta corresponde a uma reunião dos representantes da nobreza e do clero alemães, onde eram tomadas resoluções relativas ao Reino. Na ocasião, esta assembleia se reuniu na cidade de Worms para discutir não apenas temas relativos ao reino, mas também para abordar o caso de insubordinação papal de Lutero.

se generalizará para além do campo religioso e será fundamental no desenvolvimento do pensamento moderno (BIÉLER, 1999; MARCONDES, 2005; SPYER, 2020).

3.1 Os predecessores da Laicidade

3.1.1 Reforma Protestante e Renascimento

Entre os séculos XIII-XVI, em muitas regiões europeias, havia intensa efervescência por conta da realidade social e religiosa. Esta poderosa corrente de contestação foi direcionada contra os poderes constituídos, questionando a sociedade religiosa e profana, autoritária e hierárquica da época. As comunidades rurais e urbanas estavam demandando com base nos valores oferecidos pela própria religião oficial católica da época. Muitas regiões da Europa foram marcadas por revoltas e rebeliões, que foram respondidas com condenações e execuções por parte dos Estados. Neste contexto seriado de insatisfações que surge a Reforma Protestante (BIÉLER, 1999).

Segundo Biéler (1999), havia um desejo intenso por reformas profundas, tanto do sistema feudal hierárquico dominante quanto do Cristianismo romano. Este desejo não percorreu apenas as camadas populares, mas também alcançou as elites, à cada um com seu devido interesse. De maneira concomitante, um movimento inovador das artes, das letras e do pensamento teológico, filosófico e científico apossava-se das elites. “Vivia-se a extraordinária esperança de um Renascimento” (p. 44).

Biéler (1990) fala que houve uma forte correlação entre a Reforma e as diversas insatisfações sociais, confluindo as esferas religiosa, econômica e social. Em sua obra de 1999, Biéler diz:

Renascença e Reforma corresponderam ambas ao mesmo anseio. São dois movimentos complementares sobre os quais difícil é dizer qual engendrou o outro. De fato, a instigação mútua começou muito antes que emergissem na superfície da História as agitações sucessivas, que posteriormente foram aglutinadas sob a denominação de Renascença e Reforma (p. 27).

Neste período, muitos humanistas e reformadores cogitavam por uma renovação global do humanismo baseado num retorno às fontes de toda a cultura humana e cristã. A propósito, no início do século XVI, muitos humanistas são os próprios reformadores que interpretavam e difundiam suas crenças sobre a escritura cristã (BIÉLER, 1999). Segundo Marcondes (2005), entende-se por humanismo renascentista a retomada da herança

greco-romana como base da nova identidade cultural que pretende construir focado no próprio indivíduo.

Para Biéler (1999), o humanismo deve ser distinguido em *antropocêntrico* e *teocêntrico*, pois segundo o autor, mais para frente no mesmo período, há um “divórcio” entre estas duas vertentes, onde os protestantes possuíam uma cosmovisão que começou a entrar em choque com a dos antropocentristas, pois estes, ao revisitar as heranças greco-romanas, também trouxeram temas pagãos e cada vez mais a valorização do indivíduo em detrimento dos valores cristãos, afastando-se assim da temática religiosa (MARCONDES, 2005). Este fator pôs uma divisa no caminho das duas vertentes de pensamento, constituindo um caminho próprio para ambas. Nas palavras de Biéler (1999):

[o humanista] anunciava uma atitude antes de tudo de indiferença, refugiando-se num deísmo por demais vago muitas vezes, que novamente alijava o conhecimento de Deus para o plano do imaginário. Como dirá mais tarde Voltaire, não sem razão: ‘Se Deus criou o homem à sua imagem, o homem lhe deu o troco’ (p. 29).

Segundo Marcondes (2005), a ruptura provocada pela Reforma é um dos fatores propulsores da modernidade. A defesa de Lutero a respeito da ideia de que a fé é suficiente para que o indivíduo compreenda a mensagem divina nos textos sagrados, a assim chamada “regra de fé”, representa na verdade a defesa do individualismo contra a autoridade externa, contra o saber adquirido e as instituições tradicionais, pondo todos sob suspeita. Esta herança também foi apreendida e carregada pelos humanistas antropocêntricos. Segundo Biéler (1999), é exatamente nesta guinada da História, assinalada pela Renascença e pela Reforma, que se desenham os futuros regimes político-religiosos dos tempos modernos.

É importante pontuar que a recém-nascida ética protestante, principalmente calvinista, ao considerar os protestantes como predestinados e valorizar a liberdade individual, a livre iniciativa e a austeridade terá grande importância não apenas na esfera sócio-política, mas no desenvolvimento econômico da Europa, permitindo a acumulação do capital que, reinvestido por sua vez nos grandes empreendimentos comerciais e mercantis, levará ao surgimento de uma classe burguesa detentora de riqueza, contribuindo assim para o acúmulo de poder político por camadas sociais não-religiosas (BIÉLER, 1990; 1999; WEBER, 2004; MARCONDES, 2005). Este fenômeno contribuiu para o desenvolvimento da civilização moderna em diversas áreas, inclusive oferecendo

pressupostos axiológicos para futuramente ter-se a possibilidade de se pensar sobre laicidade a partir das bases filosóficas liberais (RANQUETAT JR, 2008).

Segundo Bissati et al (2019), o processo de laicização possui sua gênese política nas ideias renascentistas que buscam uma vereda humanista de compreensão do mundo e das coisas, onde a construção da realidade humana efetuou uma separação entre os campos da política e das questões religiosas.

3.1.2 Secularização e Desencantamento do Mundo

Originalmente, a “secularização” fora aplicada na época da Reforma Protestante no âmbito jurídico para indicar a expropriação dos bens eclesiásticos em favor dos príncipes, ou das igrejas nacionais reformadas (MARRAMAO, 1983, p. 29, apud PIERUCCI, 1998). A ideia de secularização enquanto um processo traz implícita a questão do retrocesso ou perda de espaço do religioso. Há um sentido dinâmico no conceito do qual possui uma ideia de confronto com o sagrado, com progressivo recuo deste último do espaço público (RIVERA, 2002).

O conceito de secularização utilizado por Weber faz referência à perda do monopólio religioso sobre a cultura, isto é, a depressão da sua potência enquanto integrador das relações sociais; a emancipação do poder político em relação à tutela da Igreja, ou seja, o declínio da religião neste sentido (PIERUCCI, 1998). Este fenômeno não se limita ao campo institucional, mas desdobra-se em efeitos na cultura das pessoas ao ficarem liberadas do controle da Igreja (RIVERA, 2002).

Em seu ensaio *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004), Weber aponta como a ética protestante puritana possuía um efeito secularizante sobre “todos os conteúdos da vida”, o que contribuiu não só para o desenvolvimento da lógica capitalista, mas também para a gradativa libertação cultural do domínio globalizador da Igreja Católica, pois além de oferecer novos valores, esta ética produziu riqueza e, consequentemente, uma classe burguesa que desenvolveu sua independência. Gauchet (1985 e 1998), citado por Rivera (2002), concorda a respeito do caráter secularizante do cristianismo ao referir-se a ele como uma forma religiosa para se emancipar da religião. Em Weber, o processo de secularização é compreendido a partir do que o autor chamou de desencantamento do mundo, pois foi este que construiu o caminho que possibilitou o desenvolvimento da secularização (PIERUCCI, 1998).

Segundo Weber (2004), *desencantamento do mundo* (ou desmagificação) se refere à eliminação da magia como meio de salvação. Processo primeiramente iniciado pelos profetas do antigo judaísmo em associação com o pensamento helenístico que repudiou todos os meios mágicos de busca da salvação como superstição e sacrilégio e que foi retomado e aplicado pelos puritanos em relação ao catolicismo. Este fenômeno representa um processo de constante racionalização religiosa do cristianismo em relação às outras crenças religiosas. Para o autor o desencantamento é um processo essencialmente religioso, pois são as religiões éticas que operam a eliminação da magia como meio de salvação.

De acordo com Cardoso (2014), a força desencantadora religiosa se caracteriza por um fenômeno que aconteceu como consequência das próprias ações do campo religioso, ou seja, o desencantamento foi intra-religioso. Como supracitado, tem-se como ponto de partida para tal processo os profetas judaicos, onde os pertencentes a tal profecia acreditavam não ser necessário recorrer à magia, ou a qualquer outra mediação para se chegar a Deus. Diante desta postura religiosa, tal profecia implica num rompimento com as práticas mágico-sacramentais. Com o advento da Reforma, esta postura religiosa é levada a cabo pelo protestantismo, onde somente se confiava em Deus, sem precisar confiar em qualquer outro meio:

Aquele grande processo histórico-religioso do desencantamento do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca de salvação, encontrou aqui sua conclusão. (WEBER, 2004, p. 96).

Weber (2004) afirma que a força religiosa desencantadora do mundo encontra neste momento sua conclusão, pois o protestantismo, com seu caráter dessacralizador, consome a mais radical desvalorização de todos os sacramentos como meios de salvação, assim levam o desencantamento religioso do mundo às suas últimas consequências. A partir deste momento, o mundo possuía um sentido único e racional. Não havia mais a instabilidade espiritual pela qual o homem deveria fazer simpatias ou interpretar as forças da natureza a partir de ações dos espíritos. Portanto, se Deus existe, o homem deve evitar o pecado seguindo os mandamentos divinos (AFIUNE, 2017). O que resta ao crente é o trabalho, que é realizado de forma metódica e racional, e na medida em que a racionalização da conduta de vida surge, a magia é irracionalizada e retirada (CARDOSO, 2014).

Ao retirar a magia de seu funcionamento, a religião a substitui por práticas racionalizadas de conduta ética. Segundo Cardoso (2014),

o valor religioso é totalmente transferido para a conduta diária, sendo que é ali o lugar das bênçãos de Deus. Assim, os acontecimentos de caráter metafísico perdem seu encanto, como a magia, uma vez que o encanto mágico de um mundo povoado por espíritos oferece apenas um sentido particionado da realidade, sendo que a magia não dá um caráter duradouro à vida, ela é inconstante (...). Por isso que quando se elimina a magia, ela é substituída por uma ordem significativa, onde há um sentido totalizante, único e duradouro, e então, o mundo é compreendido como um problema de sentido ético.

Sendo assim, a vida passa a ser regida de acordo com um Deus supramundano. É regida de acordo com um estilo que considera ações que não ofendem a Deus. A posição agora é de reverência a um Deus ético com suas exigências, não mais se obriga a divindade a fazer a vontade humana. A partir deste pressuposto que a noção de pecado se torna tão forte nas religiões desencantadas, porque o que há em crenças desta ordem é obediência aos mandamentos de Deus, e não mais uma vida desconexa entre a pessoa e o mundo dos espíritos. É uma relação pessoalizada com a divindade (CARDOSO, 2014).

De maneira semelhante ao protestantismo, a ciência possui um papel importante para o desencantamento do mundo, acima de tudo porque ela faz parte do processo de intelectualização do Ocidente, do qual escreve Weber. O desencantamento operado pela ciência é caracterizado por desfazer a imagem de um mundo religioso, de um Deus transcendente. A ciência experimental moderna possui efeitos corrosivos sobre a ideia de objetividade das cosmovisões dotadas de um sentido objetivo (CARDOSO, 2014).

Ao corroer a imagem social da metafísica religiosa, a ciência desencanta o mundo, transformando-o num nexos causal. Weber aponta que o processo de desencantamento do mundo é característico dos tempos modernos, no sentido de que as ideias religiosas se retiram da vida pública. Vale pontuar que, com esta observação, o sociólogo não diz que o intelectualismo elimina a religião, embora corra a imagem objetiva que esta fornece à realidade (CARDOSO, 2014).

Por fim, o espírito racional cria uma autonomia das esferas da vida, de maneira que as atividades sociais se libertam do domínio das tradições ou do que se entendia por sagrado, transcendente, para poderem se definir em função de uma lógica própria onde impera a eficiência e o cálculo. A partir desta lógica austera, o tom liberal nas diversas esferas da vida, inclusive na econômica, encontrou espaço (WEBER, 2004; CARDOSO, 2014).

3.2 Modelos de Laicização

Ao observarmos a história do desenvolvimento das sociedades ocidentais, percebemos que a laicidade somente se tornou possível após diversas barreiras históricas serem desconstruídas, abrindo espaço para novos paradigmas. Esta disciplina tomou contornos distintos dependendo do contexto local da nação. Põem-se em destaque dois modelos de laicidade de sociedades democráticas ocidentais: o francês e o norte-americano. No primeiro modelo, a religião é excluída por completa do espaço e, consequentemente, da esfera pública e da política, mesmo que haja conflitos na arena pública oriundos da religião. Em contrapartida, o segundo modelo tem a religião como *a priori* de sua própria constituição democrática (BISSIATI et al, 2019).

Segundo Bissati et al (2019), um marco histórico importante para se pensar sobre a laicidade está circunscrito no tratado de Paz em Westfália. Assinado em 16 de agosto de 1648, o tratado estabelece um fim à Guerra dos Trinta Anos, na qual católicos e protestantes disputavam seu direito à fé. Para que a paz fosse atingida, o Tratado outorgou a soberania à máquina política dos reinos utilizando como reza no próprio documento a ideia de que a paz provém da própria origem comum das religiões: Cristo. De acordo com Zylbersztajn (2012, p. 17), citado por Bissati et al (2019), “este marco inaugura dois conceitos importantes para o tema: a superação da tese de origem e legitimação divina do poder do governante e o surgimento da soberania estatal”.

Nos tópicos a seguir, será observado o processo de laicização em ambas as sociedades, pois estes oferecem arquétipos importantes para a pesquisa deste trabalho.

3.2.1 A Laicização Francesa

O processo de separação da Igreja e Estado na França foi lento, árduo, marcado por conflitos e composto por avanços e retrocessos até a inscrição oficial da laicidade na Constituição francesa em 1946 (RANQUETAT JR, 2008; ZUBER, 2010). Segundo Mello (1993), a Revolução Gloriosa (1688-1689) pode ser compreendida como precursora do conceito francês, pois ideias derivadas deste movimento contribuíram para a germinação da Revolução Francesa um século mais tarde.

A Revolução Gloriosa assinalou o triunfo do liberalismo político sobre o absolutismo e, com a aprovação do Bill of Rights em 1689, assegurou a supremacia legal do Parlamento sobre a realeza inglesa, instituindo assim uma monarquia limitada.

Posteriormente, John Locke forneceu a justificação moral, política e ideológica para a revolução que, em seguida, atravessaram o canal da Mancha e influenciaram filósofos iluministas franceses que contribuíram para a Revolução Francesa e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 (MELLO, 1993).

Até o momento da sua revolução, a França possuía reis que se assumiam como sagrados, sendo as mãos de Deus sobre a terra, dominando os poderes temporais e espirituais. A Igreja católica era a única religião oficial e autorizada pelo Estado francês desde 1685 e a ela era entregue o enquadramento de todos os aspectos individuais e coletivos da vida francesa: ensino, estado civil, medicina, etc. Toda a tradição francesa possuía raízes católicas (DOMINGOS, 2010; ZUBER, 2010).

Diante deste quadro, o domínio da Igreja católica era uma pauta dos revolucionários desde as primeiras semanas da Revolução Francesa. Para os opositores da igreja, a vida política deveria ser dominada por um princípio maior: o exercício do poder era o fruto de um pacto racional entre os homens (teoria do Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau) e a soberania emanava do povo e a ele pertencia. Esta ideia está contida no artigo 3º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. A partir de então, o Estado tornou-se totalmente independente da Igreja, as instituições já não eram justificadas pela sua origem divina e incontestada, mas eram criadas e governadas pela vontade geral. A Declaração também reconhecia a liberdade religiosa em seu artigo 10: *Ninguém deve ser inquietado pelas suas opiniões, incluindo religiosas, contanto que a sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida por lei* (DOMINGOS, 2010; ZUBER, 2010). Segundo Domingos (2010), apesar deste reconhecimento da liberdade religiosa e independência do Estado francês, a marca de separação entre Igreja e Estado ainda não é nítida.

Perante as novas leis instituídas pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Igreja católica demonstrou fortes resistências e também ameaças à Revolução, que fez se acentuar rapidamente uma postura política brutalmente anti-religiosa por parte dos revolucionários (ZUBER, 2010). Para enfraquecer de maneira paulatina o poderio católico, o Estado francês confiscou os bens do clero em novembro de 1789, suprimiu as ordens monásticas e os votos religiosos em fevereiro de 1790 (porque foram julgados contrários às liberdades contidas nos Direitos do Homem) e obrigou os membros do clero a prestar juramento à Constituição Civil do Clero a partir de julho de 1790. Essa constituição exigia dos padres um juramento de fidelidade à Constituição da nação, o que criou uma cisão no clero e levaria à uma ruptura com Roma, pois alguns padres, não

querendo desobedecer ao Papa, que tinha formalmente condenado a constituição, recusaram-se a prestar juramento. Desde 1792, a soma de uma política de laicização das instituições combinada a uma terrível repressão anti-religiosa estabeleceu o divórcio profundo entre a Igreja católica e os ideais revolucionários (RANQUETAT JR, 2008; DOMINGOS, 2010; ZUBER, 2010). Zuber (2010) enumera alguns destes efeitos:

Os atos da vida civil (nascimento, casamento, falecimento) foram então retirados da Igreja e os registros do estado civil transferidos para os municípios. O divórcio foi autorizado, as exéquias apenas poderiam ser civis, foi instaurado um calendário republicano inteiramente novo (com o abandono das festas católicas). Enfim, novas religiões, tentativas de experimentação revolucionária da religião civil por Jean-Jacques Rousseau, apareceram em pouco tempo (p. 4).

O período de 1801 a 1881 foi marcado por um processo de regressão da laicização francesa, pois pôs fim à experiência constitucional e reorganizou as relações entre a Igreja católica romana e a República: entrou em vigor a Concordata. A religião católica foi qualificada como “religião da maioria dos franceses”, porém não era a religião do Estado (por exemplo, Napoleão reconhecia a Igreja católica romana, mas não se submetia a ela). Com o advento deste contrato, foi legalizado um pluralismo religioso parcial, o que se chamou de “cultos reconhecidos”. Somente quatro cultos eram reconhecidos (católico, calvinista, luterano e, mais tarde, o judaico), sendo os outros simplesmente tolerados. Era atribuição do poder civil nomear os bispos, atribuir um salário aos bispos e aos padres (e, sequencialmente, aos pastores e rabinos). Em contrapartida, os membros dos diferentes cleros deviam prestar juramento e aceitar um policiamento dos cultos particularmente minucioso. Com o contrato concordatário, assistiu-se a um certo recuo da laicidade nas suas formas mais radicais, em benefício do reconhecimento legal de uma certa pluralidade religiosa (DOMINGOS, 2010; ZUBER, 2010).

Alguns anos mais tarde, em 1806, com a confecção do novo *catecismo imperial*, foi restabelecido a aliança entre o trono e a Igreja, incluindo a sagração do Imperador Napoleão. Na Restauração (1815-1830), o partido clerical reencontrou influência e tomou medidas altamente simbólicas. A religião católica foi qualificada novamente como religião oficial do Estado, entretanto se manteve a pluralidade dos cultos. Em 1814, o divórcio foi novamente proibido e uma lei condenando o sacrilégio foi votada pela Câmara dos Pares em 1825 (ZUBER, 2010). Somente em 1848 que a liberdade de cultos foi consagrada. A “desconfessionalização” do espaço público começou em 1880 com o fim da obrigatoriedade do repouso dominical, o fim dos cemitérios confessionais (1881)

e a supressão das orações nas aberturas dos trabalhos parlamentares (1884). Em 1887, foi a vez da laicização do pessoal de ensino nos estabelecimentos laicos e dos prédios hospitalares, a supressão dos crucifixos dos tribunais e a oficialização dos enterros civis. As leis da “Instrução Primária” (1881-88) consumaram a separação da Igreja e da escola (DOMINGOS, 2010).

Após a execução deste programa de laicização, foram reativadas as rivalidades na França. Com a intensificação do conflito, o Papa Leão XIII apela aos católicos franceses para que se juntem à República (1892). No dobrar do século passado, muitos ficaram com a impressão de estar nas vésperas de uma verdadeira guerra civil e religiosa. Em 1901, congregações religiosas foram impedidas de se consagrarem ao ensino e entre 1902-05 ocorreram as expulsões das mesmas do território francês. Esta série de conflitos, exacerbados pelas leis severas adotadas, culminou com o fim da Concordata de 1801, provocando a ruptura das relações diplomáticas com a Santa Sé (1904). A separação da Igreja e Estado tornou-se possível em julho de 1905, com a concretização da ruptura com o Vaticano. Após este marco histórico francês, instituiu-se uma lei de garantia de liberdade de consciência que colocou em pé de igualdade qualquer religião e seu exercício de culto, desde que estas sigam as regras que mantenham a ordem pública. As diversas ramificações protestantes e os judeus aceitaram com bastante facilidade a lei de 1905, ao passo que a maioria dos católicos rejeitou-a e, em algumas regiões, demonstraram resistência à polícia, causando diversos confrontos (DOMINGOS, 2010; ZUBER, 2010).

Durante a I Guerra Mundial, os conflitos internos foram deixados de lado face às necessidades da União Sagrada. Padres e congreganistas empenharam-se em massa na defesa da nação francesa. Em 1921, as relações diplomáticas do Estado francês com a Santa Sé foram restabelecidas e foi encontrado um compromisso em 1924: o Papa Pio X autorizou a formação de associações de culto conformadas ao novo regime no respeito da hierarquia católica – as associações diocesanas. Em 1945, a Igreja católica aceitou oficialmente a laicidade. O princípio laico foi inscrito pela primeira vez na Constituição em 1946, no seu artigo 1º, “*A França é uma República indivisível, laica, democrática e social*” e no preâmbulo lê-se que a organização do ensino público, gratuito e laico é, em seus diversos níveis, um dever do Estado (ZUBER, 2010).

3.2.2 A Laicização Norte-Americana

Para Ranquetat Jr (2008), o processo de laicização dos Estados Unidos se desenrolou de forma pacífica e rápida com a consagração da separação entre o Estado e as igrejas na primeira emenda de 1791. Esta pacificidade e rapidez é derivada do terreno em comum que as crenças da população norte-americana tinham. Com isso observa-se que a laicidade na história norte-americana não é um regime de negação da religião, visto que ela surge do seio da religiosidade.

Corroborando com este ponto, o jurista e político John Jay, um dos autores da obra clássica norte-americana *Federalistas* de 1840, escreve que o Criador teve uma grande complacência com as terras da América, pois a proveu com grandes rios e terras férteis. John também agradeceu a Deus por dar uma população unida, de uma mesma descendência e língua, que professa a mesma religião e que concorda com os mesmos princípios de governo. Seguindo este raciocínio, observa-se o sentimento que engajou o movimento Federalista de União dos Estados Federativos, em apenas uma máquina governamental, tem na divindade seu maior alicerce. De acordo com o pensador norte-americano, que ocupou a posição de 1º Chefe de Justiça dos Estados Unidos, a divina Providência proveu a América de benevolências e de um povo sábio com características em comum para facilitar a união e se tornarem uma grande pátria (BISSIATI et al, 2019).

Ao argumento sobre este federalismo norte-americano, Bissiat et al (2019) aponta a inspiração de Jay nos ideais do liberalismo inglês e, principalmente, em uma ideia de união civil que se amparava na Providência. Segundo Ranquetat Jr (2008), o ideal liberal procurava desvincular o Estado, o poder político de qualquer confissão religiosa.

A tradicional concepção liberal se organizava em torno de três eixos: a) a premissa de que as convicções e práticas religiosas se referem à esfera privada; b) a neutralidade do Estado em matéria religiosa; c) separação entre Igreja e Estado (BURITY, 2001, apud RANQUETAT JR, 2008). Entretanto, como supracitado, Jay faz uma separação da soberania estatal e da religião adaptando estas premissas liberais e fundamentando na própria religião. O tipo de lógica que Jay descreve tem em grande parte respaldo em fontes como John Locke, de maneira especial em sua “Carta Acerca da Tolerância”, na qual o inglês escreve que pessoas que perseguem e matam em nome do Evangelho não conhecem a fé cristã, indicando assim uma lógica de tolerância religiosa que será resgatada pelos Federalistas para promulgar o princípio de sua laicidade estatal (BISSIATI et al, 2019):

[...] amparados na Divina Providência, a laicidade americana nasce no seio de um sentimento de pertença religiosa. Em outros termos, o sentimento de união nacional, que foi capaz de unificar os Estados Federativos em uma única confederação, tem na religião seu grande cimento de ligação[...] (BISSIATI et al, 2019).

A laicidade norte-americana foi uma fonte de inspiração para Alexis de Tocqueville, que considerou uma grande virtude a conciliação da religião com a República. Segundo o francês, um dos princípios básicos pelos quais a República possuía uma grande estabilidade, era a capacidade de respeito às leis e aos governantes (TOCQUEVILLE, 1998, apud BISSIATI et al, 2019). Diante deste contexto, Bissati et al (2019) conclui que a laicidade norte-americana funcionou como um mecanismo facilitador das relações entre a sociedade civil e o Estado, sendo um fomentador de condutas cidadãs que movimentou o sentimento de pertencimento nacional na sociedade civil, ao mesmo tempo em que promoveu uma imensa base de solidez para as ações do Estado. Sendo assim, a laicidade norte-americana não retirou a religião das ações públicas, mas colocou-a como eixo universal que ancorou os atos nacionais.

3.3 Laicidade Negativa e Positiva. Laicidade de Princípio e de Compromisso

Diferentemente da laicidade de raízes francesas que tende a uma exclusão da religião dos espaços públicos, outra visão a respeito deste conceito foi expressa no discurso do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy em seu encontro com o papa Bento XVI em dezembro de 2007, do qual expressa uma ideia de laicidade que engloba a religião (enquanto discurso) e os religiosos (enquanto grupos organizados) na vida social, onde afirma que uma verdadeira concepção da realidade (aqui incluída a realidade política) também há um diálogo com a transcendência. A esta Sarkozy chamou de “laicidade positiva”¹³. Lacerda (2010) aponta que semelhantemente a visão de Bento XVI e Nicolas Sarkozy, há alguns pensadores acadêmicos que defendem uma “laicidade esclarecida” que se assemelha bastante com àquela proferida pelo ex-presidente francês.

Por seu turno, a cientista política Camil Ungureanu (2008), citada por Lacerda (2010, p. 3), defende que a democracia não pode aviltar as perspectivas religiosas, visto que elas “contêm valores que mobilizam e orientam a conduta dos cidadãos. Dessa forma,

¹³<https://www.la-croix.com/Archives/2007-12-21/Nicolas-Sarkozy-celebre-une-laicite-positive- NP - 2007-12-21-308815>

mantendo a separação entre Igreja e Estado, Ungureanu afirma que o Estado não pode ser surdo e cego para a religião e para os religiosos”. Para a autora, a pressão das ideias destes grupos religiosos sobre a surdez e cegueira da laicidade é legítima e correta, desde que cidadãos e políticos aceitem argumentos religiosos, mas usem-nos de maneira “secularizada”, assim ambas as visões reconhecem aporias em suas formulações.

A visão de Ungureanu se aproxima bastante da vertente norte-americana de laicidade que, por conta do seu contexto de concepção, entende este termo como falta de prevalência social de uma religião sobre as outras. Sendo assim, a laicidade foi uma solução compromissada entre vários credos, todos desejosos de impor-se sobre a sociedade, porém incapazes de realizarem seu desejo. E em que esta se diferencia daquela francesa? O modelo de justificação daí resultante, onde laicidade não é entendida como uma condição para a liberdade pública, mas como uma incapacidade de imposição de uma crença sobre as demais (LACERDA, 2010). Esta pequena variação semântica pode trazer grandes desdobramentos interpretativos.

Podem-se denominar estas variedades francesa e estadunidense, respectivamente, de *laicidade de princípio* e *laicidade de compromisso*. Segundo Lacerda (2010, p. 9)

Apesar de a posição do Estado face às denominações religiosas ser mais ou menos a mesma em cada uma delas, a perspectiva das denominações face ao Estado muda em cada um dos dois casos: enquanto na variedade de princípio a laicidade é uma situação por assim dizer indisputável, por ser fundamento do Estado e garantia das liberdades públicas, na variedade de compromisso a laicidade é um valor transitório ou passível de ser percebido como tal enquanto perdura uma situação de ausência de hegemonia religiosa em uma sociedade dada. Dito de outra forma: se em uma sociedade qualquer houver uma igreja cujos aderentes são maioria da população, a laicidade não será modificada, ou resistirá mais e melhor, na vertente de princípio, ao passo que poderá sofrer, e bastante, na vertente de compromisso.

Ao dialogar com Ungureanu que defende não uma neutralidade, mas uma pluralidade de perspectivas nos espaços públicos que interajam com outras, Lacerda (2010, p. 13) reconhece que “de fato, ao tomarem decisões, os órgãos colegiados não podem ignorar os valores socialmente compartilhados ou difundidos, seja porque devem prestar contas à sociedade, seja porque os próprios membros de tais órgãos aderem aos valores sociais”. Dito de outra forma: há referenciais religiosos e teórico-filosóficos que estão na raiz dos valores socialmente compartilhados seja pela sociedade, seja pelos membros de tais órgãos e que se desdobram nas suas decisões.

Corroborando com tal ideia, Ranquetat Jr (2008) fala que a neutralidade laica proposta pelo ideário liberal jamais se realizou na maior parte das sociedades do mundo

ocidental. O autor defende tal posição, porque o projeto laicizador tornou-se uma fé laica em muitos países. Historicamente, de maneira concreta, a laicidade jamais se expressou como uma mera neutralidade, pois se revela também como uma cosmovisão, um conjunto de crenças. Segundo Catroga (2010, p. 275), o projeto laicizador tem no ensino, na escola, um dos seus aspectos principais:

[...] o processo laicizador afirmar-se-á, prioritariamente, no terreno da educação e do ensino, sinal inequívoco de que se ele visava separar as Igrejas da Escola e do Estado, também o fazia para socializar e interiorizar ideias, valores e expectativas. Daí que as suas facetas jurídico-políticas apareçam sobredeterminadas, em última análise, por finalidades de cariz mundividencial.

Diante de todo este contexto e dinâmica de neutralidade e não neutralidade, três pressupostos são importantes para se compreender a laicidade: a liberdade de consciência, a igualdade entre os cidadãos e a neutralidade estatal. Este tripé pressuposicional foi observado e caracterizado por Henri Pena-Ruiz, sob uma ótica interpretativa de tradição francesa, ou seja, já naturalmente carregado de influências para a leitura do fenômeno. (FREIRE; REIS, 2018). Entretanto, cabe-nos aqui nesta pesquisa a observação das três características em si mesmas, pois são valiosas para orientar o trabalho.

3.4 Participação política e democracia como motor para a polarização

A primeira concepção experiencial de participação política e de democracia surge na *polis* (cidade-Estado) de Atenas em suas Assembleias onde haviam discussões sobre pautas da cidade por todos aqueles que eram considerados seus cidadãos. É importante pontuar que a democracia desta cidade era restritiva e embrionária, pois aproximadamente apenas 10% da população poderia ser considerada cidadã, sendo excluídos os estrangeiros, as mulheres e os escravos. De qualquer forma, por mais que soe estranho aos ouvidos do homem contemporâneo, o que se desenvolveu ali foi uma nova concepção do poder, opondo a democracia à aristocracia e o ideal do cidadão ao do guerreiro (CREMONESE, 2012). A esta nova concepção do poder, o pensamento grego definiu como “governo de muitos, dos mais, da maioria, ou dos pobres” (BOBBIO, 1988).

Para Aristóteles (2019), o que qualitativamente constitui o cidadão de forma verdadeiramente característica é o direito de voto nas Assembléias e de participação no exercício do poder público em sua pátria. Esta ideia evidencia o quanto o filósofo priva pela participação de todos os cidadãos (dentro dos padrões atenienses) como forma de

enriquecimento de debate e, conseqüentemente, desenvolvimento da *polis*. Para o autor, o homem é por natureza um animal produzido para a sociedade civil.

Hoje a participação política é entendida como um processo real em que se pode concebê-la do ponto de vista das classes sociais operantes. A participação é vista, a partir das classes populares, como um processo de lutas em que a população tenta assumir, buscar a sua parte. Entende-se a palavra participar como *partem capere*, que significa buscar, assumir, pegar a parte que é deles, a parte que compete ao trabalho, o que vai provocar, muitas vezes, certos conflitos entre as classes, pois ninguém quer abrir mão do espaço ou da parte que ocupa. É a participação vista no sentido das classes populares, que significa buscar e assumir o que é delas (CREMONESE, 2012).

Atualmente, com o desenvolvimento do conceito historicamente, a democracia é chamada como *democracia representativa*. Esta, impulsionada pelas revoluções liberais, como a Revolução Gloriosa, na Inglaterra (1688/89), a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), consolidou-se em grande parte do mundo (CREMONESE, 2012).

Segundo Bobbio (1988), democracia representativa pode ser compreendida como sistema de governo que procura tornar mais igualitário o funcionamento do Estado em relação aos seus cidadãos, onde se reduz os riscos da tirania da maioria em relação à minoria e há o sufrágio universal (que inclui mulheres e pessoas de todas as classes sociais), para a escolha dos representantes do povo. Esta definição configura o atual ideal democrático.

Além deste modelo de democracia, tem se popularizado o estilo *participativo* que vem crescendo desde a década de 60 do século passado onde as ideias que configuram essa proposta viam-se envolvidas no clima de transformações vividas nos *campi* universitários, nas escolas, nas fábricas, nos lares e nas ruas das grandes cidades. Os autores que defendem essa linha entendem que é preciso democratizar todos os espaços em que interagem com os indivíduos. Procuram levar a democracia à vida cotidiana das pessoas nos mais diferentes âmbitos, tornando-as politicamente mais responsáveis, ativas e comprometidas, e estimulando-as a construir um maior grau de consciência em relação aos interesses dos grupos (CREMONESE, 2012).

Atualmente no Brasil temos, por exemplo, os movimentos sociais e grupos religiosos se encaixam no perfil de estilo participativo na democracia. As disputas do campo democrático pela concepção de laicidade e todas as discussões que a acompanham aplicadas as mais variadas pautas são atravessadas por este contexto.

3.5 A Laicidade Brasileira

Até o advento da República, a legislação brasileira estabelecia a religião Católica Apostólica Romana como a religião oficial, tanto do período colonial quanto do imperial, e única legalmente aceita. Durante quatrocentos anos não houve liberdade religiosa no Brasil (GOMES; FILHO, 2011; ORO, 2011).

Com o advento da Constituição Imperial de 1824, houve um avanço em direção a liberdade religiosa dos cultos não católicos, especialmente dos protestantes – desde que se expressassem privadamente, em suas próprias línguas, no âmbito privado ou em casas destinadas para tal, e que não houvesse nenhuma manifestação fora do templo. Contudo, só era dotado de elegibilidade pessoas que fossem católicas e assim o professassem. Nesta Constituição, que fora outorgada por D. Pedro I, invoca-se a Santíssima Trindade e inclui-se a expressão *por graça de Deus* (GOMES; FILHO, 2011; ORO, 2011; BARRIENTOS-PARRA, 2015).

Em 1891, a Constituição Republicana brasileira consagrou a separação entre o Estado e a Igreja, pelo menos formalmente. Este marco pôs fim ao monopólio católico, extinguindo o regime do padroado, secularizando os aparelhos estatais, o casamento e os cemitérios, e garantindo, pela primeira vez, a liberdade religiosa para todos os cultos. Um reflexo desta separação foi marcado na Constituição, onde esta não se invocava Deus. Embora houvesse oficialmente sido proclamado a laicidade de Estado, esta não foi reflexo de profundas rupturas nas relações desta com a Igreja, pois o catolicismo ainda manteve certos privilégios, entretanto vale a ponderação que naquele momento havia dinâmicas sociais em marcha que poderiam abalar o poder de influência religiosa. As tendências seculares como o liberalismo, racionalismo, positivismo e o comunismo já estavam permeando uma pequena fração das elites e dos movimentos sociais no Brasil (ORO, 2011; BARRIENTOS-PARRA, 2015; SILVA, 2017).

Diante deste contexto, o catolicismo brasileiro promoveu transformações internas entre 1891 e 1920, objetivando acentuar sua presença na sociedade. Agora como instituição autônoma, a Igreja passava por uma situação débil em termos financeiros, de recursos humanos e influência (se compara com a força política e social da Igreja na América hispânica), ampliando assim o tamanho de seus desafios na época. Somente na década seguinte, por ocasião da Constituição de 1934, que a Igreja retoma parte de seu poder de influência social e política, pois conseguiu estabelecer uma boa relação com o presidente Getúlio Vargas, que se manteve no poder de 1930 a 1945, durante o qual

vigorou o Estado Novo. Diante deste quadro, volta à Constituição de 1934 o nome de Deus com a citação *confiança em Deus* (ORO, 2011; SILVA, 2017).

Neste mesmo período, há uma expansão de denominações cristãs e seus membros no campo religioso e social brasileiro, principalmente o pentecostalismo, nas duas primeiras décadas de XX, mas é a partir da década de 1970 que este segmento social ganhará mais força na esfera religiosa e apresentará riscos a hegemonia social e política da Igreja católica (TEIXEIRA; MENEZES, 2006; SILVA, 2017). Segundo Machado (2015), na década de 1980, durante o período pré-redemocratização, houve um crescimento de pentecostais voltados para o cenário político. Para o autor, este fenômeno se deu por conta da reconfiguração dos seus discursos em relação à política, que passou do desinteresse apolítico por ser uma atividade terrena, para uma importante busca de representação nos espaços de poder.

Por conta da iminência de elaboração de uma nova Carta Constitucional, a de 1988, Silva (2017) dá duas razões para a incursão de pentecostais na política:

Primeiramente, o temor de que a Carta Constitucional contemplasse temas como a liberação das drogas e a descriminalização do aborto incentivou a articulação e presença destes no cenário político partidário. Por outro lado, havia também o receio de que setores da Igreja católica aliado a forças de esquerda no quadro partidário viessem a aprovar leis com o intuito de impor limites ao avanço dos (neo) pentecostais (p. 238).

Neste contexto de Assembleia Constituinte, surge a bancada evangélica, composta majoritariamente por pentecostais, até os dias atuais (SILVA, 2017). Segundo Silva (2017), a porosidade dos parlamentares de tal bancada em diversos partidos é uma questão que mobiliza a literatura, pois estes religiosos ocupam os mais diversos partidos. Diante deste cenário, há poucos temas da pauta política em que há uma coesão entre esse grupo. O autor aponta, como um dos motivos desta união, a intenção legislativa de debater principalmente a respeito de valores morais sob uma ótica conservadora. Esta postura acaba acarretando a colaboração de evangélicos (pentecostais e tradicionais) e católicos nestes temas, conseguindo assim, uma grande quantidade de votos nos mais variados processos que denotem questões morais.

Segundo Gomes e Filho (2011), com a formulação da nova Constituição de 1988, a expressão “Estado laico” não é encontrada na constituinte, porém seu conteúdo pode ser encontrado nela. Por outro lado, o autor pontua que a sua formulação textual permite associações entre o Estado e instituições religiosas, desde que seja, na forma da lei, uma colaboração de interesse público (BRASIL, [2016]). Esta premissa permite com que

igrejas tenham uma maior relevância sócio-cultural, pois se emaranham com a vida pública.

Segundo Oro (2011), a laicidade brasileira não pode ser entendida com uma lógica à *francesa*. A laicidade precisa ser relativizada, pois aqui no Brasil ela não constitui um valor central da república. O estado brasileiro possui, nos fundamentos da sua República, o ideário positivista francês, contudo a História mostra que este é atrelado à religiosidade popular, visto que a religião empenha uma função como reguladora social (GOMES; FILHO, 2011; BARRIENTOS-PARRA, 2015; SILVA, 2017). Uma questão que aponta nesta direção é o fato que as instituições religiosas foram eleitas como as mais confiáveis entre as demais instituições que compõem o cenário sócio-político-administrativo da nação (GOMES; FILHO, 2011).

Nesse sentido, Barrientos-Parra (2015) conclui que a história brasileira não se coaduna com uma concepção laicista do Estado, onde este funcionaria como um instrumento de luta contra igrejas e símbolos cristãos nos espaços públicos para implantar uma separação entre o Estado e as Igrejas de forma radical. Para o autor, o sentimento religioso do brasileiro e toda a tradição cultural não se harmonizam com a exclusão da religiosidade do debate e da implementação de políticas públicas, pois há séculos a educação, saúde e a assistência social do país não podem abrir mão do apoio das diversas igrejas e credos religiosos que permanecem em cooperação até hoje.

4 OBJETIVOS E MÉTODO DE PESQUISA

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo Geral

Investigar o objeto social laicidade com base na teoria das representações sociais, com o intuito de identificar sua provável estrutura, a fim de discutir o seu lugar e o seu papel no pensamento social.

4.1.2 Objetivos Específicos

- a) Investigar o objeto laicidade no contexto do Estado do Rio de Janeiro
- b) Comparar a provável estrutura das representações sociais da laicidade dos grupos envolvidos.

4.2 Método

4.2.1 Procedimentos

A primeira fase foi estabelecer a decisão se a pesquisa seria online, presencial ou híbrida. Cada uma das modalidades possui vantagens e desvantagens, implicam questões e facilidades. Por fim, optou-se pela pesquisa online, visto que os recortes para a seleção da população pesquisada possibilitavam um amplo alcance do público dos grupos pesquisados. Cabe também pontuar o período em que esta pesquisa está situada, localizada pós-pandemia de covid-19 e seu distanciamento social, onde as pessoas estão mais habituadas a utilizar a internet como o meio de comunicação e acesso aos seus interesses.

A pesquisa foi realizada na plataforma *Google Forms*, onde na sua página inicial os participantes eram apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e só visualizavam o restante do formulário após assentimento do termo.

O formulário foi montado de maneira estratégica no intuito de reduzir as evasões durante o preenchimento, onde apenas a questão sobre a crença religiosa era posta antes da tarefa de associação livre de palavras e das questões relacionadas. O restante das perguntas sociodemográficas foram postas após a parte supracitada da pesquisa.

Apesar das facilidades da modalidade online, pontua-se desafios encontrados na segunda etapa dos procedimentos da pesquisa. Após o formulário online ser posto em circulação, o presente pesquisador divulgou diuturnamente a pesquisa nas redes sociais e com todo o seu círculo de apoio próximo. Por mais que o preenchimento do formulário fosse rápido, ainda assim demorou para ser alcançado a quantidade de respostas estipuladas. O período de coleta foi do fim de janeiro ao início de março de 2023. Uma hipótese possível é em relação às perguntas abertas que demandavam certo posicionamento e escrita dos participantes em relação ao objeto alvo da pesquisa.

4.2.2 Participantes

A pesquisa foi realizada com 200 participantes, com a faixa etária variando entre 18 e 40 anos com média de 26,42, sendo divididos em 2 grupos de 100: cristãos (católicos e evangélicos) e não adeptos de tais religiões (outras religiões, ateu e agnóstico). Do número total de sujeitos, a distribuição no grupo de cristãos compôs-se de 59 evangélicos/protestantes e 41 católicos.

Optou-se por esta quantidade de participantes para cada grupo com base na pesquisa de Wachelke, Wolter e Matos (2016), que consideraram 100 participantes de um mesmo grupo como uma quantidade mínima em pesquisas de representações sociais que utilizam a abordagem estrutural para a obtenção de resultados com menos imprecisões quanto as suas estruturas.

O critério de participação da pesquisa foi não probabilístico, ou seja, foi uma amostra aleatória, visto que a pesquisa foi online e publicamente divulgada, onde voluntários se disponibilizaram para preencher. O formulário foi destinado para pessoas moradoras do estado do Rio de Janeiro, ou seja, qualquer pessoa que preencheu de outros lugares do país fora retirada da contabilização da amostra.

Quanto a distribuição dos participantes segundo o grau de escolaridade, majoritariamente possuíam ensino superior completo e incompleto, respectivamente 83 (41,5%) e 86 (43%) pessoas. O restante da amostra variou entre ensino médio completo

e incompleto, respectivamente 29 (14,5%) e 2 (1) pessoas. Uma possibilidade para estas quantidades e distribuições de escolaridade sejam o corte etário e o tema do formulário.

4.2.3 Instrumentos e tratamento de dados

Com caráter qualitativo e quantitativo, a pesquisa utilizou os seguintes instrumentos: tarefa de evocação livre de palavras, questionário sociodemográfico simples e um pequeno questionário com 1 pergunta fechada e 2 abertas para auxiliar na discussão da análise dos dados. O questionário sociodemográfico identificou faixa etária, crença religiosa, cidade em que vive no Estado do Rio de Janeiro e grau de escolaridade.

A Técnica de Evocação Livre de Palavras consiste na solicitação de respostas por associação livre, ou seja, palavras ou expressões curtas fornecidas a partir de um estímulo indutor. É uma técnica de dimensão projetiva que entende o caráter espontâneo e menos controlado como um facilitador para o acesso dos elementos que constituem o universo semântico do objeto estudado. Em outras palavras, a análise parte do princípio que os cognemas da representação social com importância em sua estrutura são mais prototípicos num grupo formado por pessoas com perfil semelhante, ou seja, são mais acessíveis às consciências do grupo em questão. A partir desta ideia, a técnica recebeu o nome de análise prototípica (ABRIC, 2001; SÁ, 2002; WACHELKE; WOLTER, 2011; WOLTER; WACHELKE; NAIFF, 2016).

Cada participante evocou 5 palavras que vieram a mente diante do termo indutor “laicidade” que foi apresentado. Os dados coletados por meio da TALP foram tratados, organizados por grupo, lematizados e categorizados por agrupamento semântico para serem submetidos e processados no *software Iramuteq*. Este programa permite realizar análises estatísticas de corpus textuais e de matrizes de sujeitos e palavras (WACHELKE; WOLTER, 2011; WACHELKE; WOLTER; MATOS, 2016).

O processamento dos dados e sua execução cruzou as respostas fornecidas pelos participantes a partir de duas coordenadas: a frequência no corpus do grupo e a ordem média de evocação, isto é, o valor resultante da média dos valores atribuídos para cada evocação por ordem (1 sendo a resposta fornecida em primeiro, 2 para a segunda, 3 para a terceira, etc.). A partir deste processamento, o programa forneceu um quadro de quatro casas, de acordo com os valores das coordenadas, onde as palavras foram classificadas e postas nas casas conforme seus valores e corte de referência (WACHELKE; WOLTER, 2011).

A tabela de quatro casas se organiza a partir da saliência das palavras, onde o quanto mais ela se repetir e for prontamente evocada, maior a probabilidade de serem importantes para o grupo. O quadrante superior esquerdo compreende a zona do núcleo central e inclui respostas com alta frequência e baixa ordem de evocação. As demais zonas referem-se a elementos que muito provavelmente são periféricos, onde o quadrante superior direito é classificado como primeira periferia, possuindo respostas com alta frequência e alta ordem de evocação, representando elementos de grande saliência, mas que sinalizam para um lugar secundário da representação; o quadrante inferior esquerdo inclui elementos com baixa frequência e baixa ordem de evocação, sendo chamado de zona de contraste, pois tanto podem ser complementos da primeira periferia quanto sinalizadores de um subgrupo que valoriza de maneira consistente determinados elementos distintos da maioria, configurando talvez até um núcleo central diferente; e, por fim, o quadrante inferior direito reúne as respostas com baixa frequência e com alta ordem de evocação, representando aqueles elementos que são evocados por último, significando que são pouco salientes, e portanto menos interessantes para a estrutura da representação do grupo social (ABRIC, 2003; WACHELKE; WOLTER, 2011).

Importa pontuar que não há uma equivalência imediata entre núcleo central e a zona do núcleo na análise prototípica, pois esta fornece apenas hipóteses probabilísticas de centralidade, tornando necessário uma verificação por meio de outras técnicas, entretanto esta não é a proposta da presente pesquisa que intenciona discutir a provável estrutura da laicidade.

Para dar suporte à interpretação dos resultados, recorreremos à Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), que consiste num conjunto de técnicas de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva a produção de inferências do conteúdo da comunicação de um texto que são replicáveis ao seu contexto social (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo possui duas funções que na prática podem ou não se dissociar. Para essa autora (p. 35 e 36), a análise possui

uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo "para ver o que dá".... Uma função de "administração da prova". Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo "para servir de prova".

A técnica que será utilizada para a análise do conteúdo das entrevistas consiste na análise temática ou categorial que corresponde ao desmembramento do texto em categorias e seu reagrupamento análogo. Essas operações visam conhecer os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, preocupando-se com a frequência desses núcleos, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis, e não com sua dinâmica e organização (BARDIN, 2011; CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2011).

O processo que caracteriza a análise de conteúdo explicitando, sistematizando e expressando o conteúdo das mensagens é organizado em três etapas realizadas de acordo com os três pólos cronológicos correspondentes. São etapas do processo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Após estes passos, o investigador engendra suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, ou identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material (BARDIN, 2011).

A pré-análise é a etapa de organização onde há a sistematização das ideias iniciais e a operacionalização destas, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Segundo Bardin, “geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2011).

Na segunda fase, ou exploração do material, foi feita operações de codificação, decomposição e enumeração em que a classificação e agrupamento por categoria foi realizado pelo caráter semântico das respostas, pelos seus núcleos de sentido. A categorização é a condensação dos dados brutos, uma representação simplificada do que se pretende analisar. Segundo a autora, as categorias devem possuir as seguintes qualidades: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade. A exclusão mútua estipula que cada elemento semântico somente deve existir em apenas uma divisão categorial; a homogeneidade diz que se deve ter apenas um princípio classificatório, somente uma dimensão de análise; a pertinência significa que as categorias devem estar adaptadas ao material de análise escolhido; a objetividade e a fidelidade dizem respeito à boa definição das categorias, para que sejam evitadas distorções devidas à subjetividade e variação dos juízos do pesquisador; a produtividade se refere ao caráter rico que as categorias podem oferecer para resultados férteis como índices de inferência, hipóteses novas e em dados exatos (BARDIN, 2011).

A terceira fase, ou tratamento dos resultados, é a fase das inferências e interpretações. Segundo Bardin (2011), os dados devem ser tratados de maneira que expressem resultados significativos, ou seja, relevantes. A pesquisa deve ir além de tais registros dos resultados e possuir inferências e interpretações que possam impulsionar uma “outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes” (BARDIN, 2011).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Categorização das Respostas Abertas

Com o objetivo de fornecer, através da condensação, uma representação simplificada dos dados brutos, a categorização semântica é realizada a partir dos núcleos de sentido das respostas abertas. Os núcleos de sentido são os significados (temas) que podem compor um material analisado, ou seja, isso implica que um mesmo material possa ter mais de um núcleo ao longo de si ou talvez nenhum que seja relevante para a temática da pesquisa (BARDIN, 2011).

Segue abaixo as tabelas das categorias abordadas nas respostas às perguntas do questionário:

Tabela 1: Justificativa de posicionamentos de cristãos em relação a laicidade

Categorias	N	%	Unidades de Registro
Liberdade de Crença (liberdade para crer/necessidade para a liberdade)	46	32,85	“[...] Compreendo também que o Estado deve preservar e promover a liberdade de religião e manifestação do pensamento, inclusive de seus agentes no exercício de suas funções, independentemente de qualquer censura. Então, por isso, sou a favor do Estado Laico.”
Neutralidade Estatal (não uso para fins religiosos/imparcialidade/sem imposição)	30	21,42	“Um governo precisa gerenciar uma nação para todos, independente da crença ou credo de cada indivíduo, no entanto o problema começa em temas polêmicos, como o aborto, a descriminalização do uso de drogas e etc...”
Pluralidade de Crenças (Impossibilidade de imposição por existir muitas crenças/equilíbrio/diversidade)	17	12,14	“Acredito que o Estado Laico traz equilíbrio a uma sociedade tão diversa quanto a nossa.”

Liberdade de Expressão (poder expressar além de crer)	13	9,28	“O Estado sendo laico trabalha contra a intolerância religiosa e não toma partido de só algumas determinadas religiões. Viabilizando também a liberdade de expressão de cada indivíduo. O Estado se torna imparcial”
Respeito (dignidade/sem preconceitos)	13	9,28	“Por conta da inclusão de pessoas, e aprender a lidar com cada uma delas.
Igualdade de Direitos (coletividade/democracia/inclusão)	11	7,85	“Sou a favor da igualdade e fraternidade entre todos os cidadãos e acho que isso é mais possível cada um podendo acreditar e professar sua própria opinião.”
Melhor Sistema (é melhor com do que sem a democracia/garante a igualdade/necessário)	5	3,57	“Pois o contrário, em nosso país, se tornaria uma tirania, já que há muito extremismo atualmente.”
Justificativa Religiosa (utilização da bíblia para corroborar a perspectiva)	2	1,42	Negativa – “Acredito ser importante manter Deus como centro de tudo. Isso não obriga ninguém a seguir uma religião específica. Mas não acredito que exista essa neutralidade. Se você tira Deus, um lado já foi escolhido. Se é pra escolher, que seja com Deus.” Positiva – “Porque, apesar de ter consciência das escrituras, não apenas creio que nem todos enxergam e acreditam nas mesmas coisas, como também penso que a soberania de Deus não depende disso.”
Falsa Liberdade Religiosa	2	1,42	“Sim sou a favor do estado laico, e não do estado ateu, pois hoje em dia na minha

(perseguição a religiões específicas sob o pretexto de liberdade de expressão/censura específica/falsa neutralidade/estado ateu/inevitabilidade de crença)			opinião estão confundindo muito o estado laico com estado ateu.”
Raiz Religiosa Estatal (laicidade é incoerente, por conta das heranças religiosas do estado)	1	0,71	“Não tem fundamento, pelo simples fato das leis que regem um estado serem baseadas em uma religião.”
Total	140	100%	

Fonte: o autor

Nesta tabela 1, as categorias que mais se destacaram no grupo de cristãos, respectivamente, foram *Liberdade de Crença* (46) e *Neutralidade Estatal* (30). As respostas encontradas na categoria de neutralidade estatal concebem esta ideia sob a ótica da segunda definição de laicidade oferecida por Ranquetat Jr (2008), onde o autor a conceitua como uma postura de imparcialidade do Estado em relação às religiões, o que traz a necessidade de tratamento igualitário a todas elas. Esta categoria se afasta da primeira definição oferecida pelo autor que compreende a exclusão ou ausência da religião da esfera pública. Esta concepção dos entrevistados também se aproxima da definição oferecida por Lacerda (2010), que diz que laicidade, numa formulação inicial, consiste na não profissão e favorecimento da religião por parte do Estado.

Destaca-se também que esta concepção de estado neutro é lida de maneira consonante com a liberdade de crença, onde esta foi a mais evocada nas respostas. Isto corrobora para uma perspectiva do grupo em que a não interferência estatal possibilita uma maior liberdade para as crenças religiosas.

Mesmo que de maneira reduzida, vale pontuar as duas *justificativas religiosas* utilizadas, onde uma foi o embasamento para ser favorável ao estado laico enquanto a outra para se opor a ele, evidenciando a característica pluralidade cristã já vastamente comentada por diversos pesquisadores (BURITY, 2008; MARIANO, 2011; BARRIENTOS-PARRA, 2015).

Tabela 2: Justificativa de posicionamentos de não cristãos em relação a laicidade

Categorias	N	%	Unidades de Registro
Neutralidade Estatal	54	40,29	“É necessário que haja a separação entre estado e religião

(não uso para fins religiosos/imparcialidade/sem imposição)			para que nenhum grupo religioso seja imposto ou beneficiado.”
Pluralidade de Crenças (Impossibilidade de imposição por existir muitas crenças/equilíbrio/diversidade)	23	17,16	“O mundo possui diversas religiões que surgiram ao longo dos milênios, para mim, não é válido um Estado seguir uma única religião. A sociedade é composta por pessoas diversas, que possuem crenças e religiões também diversas.”
Liberdade de Crença (liberdade para crer/necessidade para a liberdade)	22	16,41	“Pois cada indivíduo tem liberdade pessoal para escolha de suas crenças e é dever do estado garantir essa liberdade e manter a imparcialidade.”
Igualdade de Direitos (coletividade/democracia/inclusão)	14	10,44	“Porque é só a partir do Estado Laico que todas as religiões podem ser respeitadas sem distinção. Além de somente assim se ter a liberdade e os direitos humanos preservados sem a interferência de uma religião x.”
Respeito (dignidade/sem preconceitos)	9	6,71	“Pois todas as interpretações das religiosidades deveriam ser respeitadas.”
Liberdade de Expressão (poder expressar além de crer)	3	2,23	“Por que acho que todo país deveria deixar seus cidadãos se expressarem religiosamente.”
Melhor Sistema (é melhor com do que sem democracia/garante a igualdade/necessário)	3	2,23	“Porque, apesar do fundamento religioso do Estado brasileiro, a imposição política pautada na fé de um grupo para toda a massa se torna, desde sempre, excludente”
Evitar o Domínio Cristão (estado como freio das religiões cristãs)	3	2,23	“Por que vejo a religião, principalmente a dominante no ocidente, que deriva do cristianismo, como uma das principais responsáveis pelas mazelas que hoje temos que enfrentar. A laicidade do Estado poderia frear um pouco os interesses dos já poderosos religiosos, que caso contrário manipulariam, também, através do Estado, o povo com base na

			crença. Cabe também a liberdade de seguir uma crença diferente da dominante.”
Estado Científico (decisões baseadas em pesquisas e evidências em oposição a decisões religiosas)	3	2,23	“O Estado deve se preocupar com a regulação da vida pública e promoção do bem estar e justiça para toda a população pautando-se em pesquisas e evidências e não ter a interferência de grupos de interesse, por mais poderosos ou mesmo que majoritário, impondo pautas baseadas nas crenças/fé de suas religiões.”
Total	134	100%	

Fonte: o autor

Na tabela 2, as categorias que mais se destacaram no grupo de não cristãos, respectivamente, foram *Neutralidade Estatal* (54), *Pluralidade de Crenças* (23) e *Liberdade de Crença* (22). As respostas encontradas seguem uma linha semelhante ao grupo de cristãos, onde a definição de laicidade foca na imparcialidade do estado ao invés da privatização da religião comentada por Ranquetat Jr (2008) e Lacerda (2010). Também se observa que as respostas deste grupo focaram mais na neutralidade, diferentemente do grupo de cristãos.

Embora tendo apenas três ocorrências, a categoria *Evitar o Domínio Cristão* chama a atenção pelo seu sentido de defesa em relação a uma religião ao invés do foco na neutralidade ou liberdade de todas as religiões.

Tabela 3: Posicionamento de cristãos em relação a expressão pública e privatização da religiosidade

Categorias	N	%	Unidades de Registro
Debate Político	67	77,01	“Há em alguns setores uma vontade de empurrar o fenômeno religioso para o ‘segredo dos quartos’. Essa visão, que nada tem a ver com o ensinamento de Cristo, parte do pressuposto de que a religião é algo particular apenas. Mas esse particular molda a visão de mundo do cidadão, logo, impedir o debate público acaba por tolher a plenitude do indivíduo, querendo que ele viva numa dicotomia: em casa age de forma religiosa, na rua, não. Mas, apesar de tudo, o estado laico ainda possibilita uma certa liberdade religiosa no âmbito público.”

Ambiente Privado	20	22,98	“Em teoria, deveria ser ambos, mas na prática a liberdade é muitas das vezes reprimida.”
Total	87	100	

Fonte: o autor

No tocante a tabela 3, a maioria das respostas (67) tenderam a um posicionamento de publicização da religiosidade, inclusive nas discussões políticas. Por outro lado, na categoria *Ambiente Privado* (20), a maioria das respostas possuem um núcleo de sentido para a privatização, mas a partir de um tom de lamento ou da dinâmica ideal x real, ressaltando uma percepção do cenário brasileiro onde a liberdade cristã é podada de forma discreta. As outras respostas apenas comentavam que a religião é para o ambiente privado sem qualquer outro complemento.

Tabela 4: Posicionamento de não cristãos em relação a expressão pública e privatização da religiosidade

Categorias	N	%	Unidades de Registro
Debate Político	55	62,5	“Infelizmente permite a liberdade religiosa no debate político, algo que acaba trazendo as crenças em algo fictício como argumento para problemas reais.”
Ambiente Privado	33	37,5	“Apenas no exercício da crença. Religião não deveria ser incluída no debate político, somente no sentido de defender o direito de cada indivíduo exercê-la.”
Total	88	100	

Fonte: o autor

Na presente tabela 4, a categoria temática que mais se repetiu foi *Debate Político* (55), as respostas variaram entre uma defesa da presença política religiosa em variados níveis e respostas que reconheciam haver presença pública religiosa, porém era preferível que não tivesse. Já *Ambiente privado* (33) teve um número expressivo em comparação com o grupo de cristãos.

Enquanto parte da amostra de cristãos percebem sob um olhar de real x ideal o exercício da religiosidade pública, parte do grupo de não cristãos interpretam da mesma forma a questão para a religiosidade privada.

5.2 Análise das Evocações Livres

A análise das evocações livres a seguir foi realizada a partir do termo indutor “laicidade”. A partir dos dados processados pelo *software* Iramuteq, foi produzido dois quadros de quatro casas que organizaram as palavras de cada grupo de maneira a apontar para a provável estrutura das representações sociais da laicidade.

O processamento dos dados de ambos os grupos foi realizado a partir do corte 5 de frequência mínima das palavras, ou seja, foi considerado apenas evocações que se repetiram no mínimo 5 vezes para serem incluídas no quadro.

A ordem média de evocação (OME) das palavras no grupo de cristãos foi de 2,69 e frequência média de evocações ficou estabelecida em 16. No grupo de não cristãos a OME das palavras foi de 2,71 e a frequência média de evocações ficou estabelecida em 12,71.

A seguir, é apresentado separadamente o quadro e os comentários a respeito de cada grupo para uma melhor compreensão das evocações:

Tabela 5: Análise prototípica do grupo de cristãos referente ao termo indutor "laicidade" (N= 100)

Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
	≥ 16	$\leq 2,69$		≥ 16	$> 2,69$
Liberdade	66	1,8	Respeito	59	2,7
Igual	26	2,3	Diverso	21	3,8
Religião	23	2,4	Imparcial	19	3,1
Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
	< 16	$\leq 2,69$		< 16	$> 2,69$
Democrático	7	2,6	Justo	13	2,8
Sem Religião	6	1,8	Tolerância	12	3,3
Lei	5	2,6	Direito	11	3,4
			Neutro	10	2,8
			Proteção	7	3,7
			Separação	6	3,3
			Paz	6	3,8
			Pluralismo	6	3,7
			Fé	6	3,3
			Escolha	6	2,7
			Governo	5	3,8

Fonte: o autor

Por meio da análise prototípica, foi possível identificar a seguinte distribuição de palavras que denotam a possível estrutura representacional do grupo de cristãos:

liberdade, igual e religião na provável zona do núcleo central; **respeito, diverso e imparcial** na zona da 1ª periferia; **democrático, sem religião e lei** na zona de contraste; e **justo, tolerância, direito, neutro, proteção, separação, paz, pluralismo, fé, escolha e governo**.

Na zona do possível núcleo central, a palavra “liberdade” é a que mais se destaca por possuir o maior número de repetições (66) e a menor ordem de evocação, sendo prontamente evocada por uma parte considerável da amostra. Esta palavra pode representar a forte tendência histórica comentada por alguns autores, principalmente a ala evangélica/protestante, onde a liberdade é muito valorizada em diversos aspectos da vida motivados pela própria religião. O desafio dessa interpretação é compreender a maneira como este grupo contrabalança esta concepção com o contexto social brasileiro onde há uma percepção de uso e abuso da dominância social cristã sobre as outras religiões minoritárias na arena política, trazendo a tona a aporia liberdade x igualdade (WEBER, 2004; BURITY, 2008; MARIANO, 2011; CARDOSO, 2014).

Contribuindo nesse sentido, as outras duas palavras da zona do núcleo central que se somam a liberdade foram “igual” (26) e “religião” (23), que apareceram consideravelmente menos, mas demonstraram ter potencial para serem núcleos estruturantes de sentido na representação.

A palavra “igual” provavelmente se relaciona com a percepção e autopercepção de uma voz política legítima como de todos os outros grupos sociais, sendo eles religiosos ou não, que podem demandar suas pautas na arena política. Já o termo “religião” pode evidenciar a atenção prioritária do grupo ao pensar sobre a laicidade, ou seja, a preocupação de interferências estatais na religião. Esta leitura está de acordo com as categorias mais evocadas na análise de conteúdo do grupo nas duas questões propostas, que foram liberdade de crença e neutralidade estatal na primeira pergunta e apoio ao debate político a partir de referenciais religiosos na segunda pergunta. Esta maneira de enxergar denota tendências da tradição de laicidade norte-americana.

Na zona da primeira periferia, estão “respeito” (59), “diverso” (21) e “imparcial” (19). Importa pontuar que apesar da primeira periferia ser a zona com cognemas secundários muito relevantes, a literatura aponta que também é possível que alguns destes elementos possam ser centrais ou com um forte potencial de se tornar centrais em algum momento futuro (ABRIC, 2003; WACHELKE; WOLTER, 2011).

Estes elementos têm uma visível relação entre si, onde um leva por indução ao outro. Considerando o papel da periferia como forma de defesa e adaptação no espaço

social em relação a questões que possam vir a contradizer o núcleo, faz sentido estes elementos estarem prontamente preparados para lidar com críticas à maneira que o cristão vê sua liberdade, igualdade e religiosidade, pois são mais semelhantes a uma interpretação mais “neutra” da ideia de laicidade, ou seja, transitam por um terreno comum. É importante salientar que esta hipótese não anula as conotações particularizadas destes elementos para o grupo em questão, pois também cumprem o papel de reforçar o núcleo. Dito de outra forma, estes cognemas podem desempenhar uma dupla função semântica que, ao invés de inibir ações públicas religiosas, reforçam.

A zona de contraste é marcada por elementos de pouca frequência, mas que prontamente foram evocados. O grupo de cristãos evocou os termos “democrático” (7), “sem religião” (6) e “lei” (5). Todos os termos evocados nesta zona denotam ideias mais objetivas que complementam a estrutura representacional. Ressalta-se que esta zona é marcada por elementos de alta importância que tanto podem fazer parte da primeira periferia quanto serem núcleo central para uma parcela da amostra pesquisada. Nesse sentido, podem estar defendendo o núcleo ou até mesmo constituindo ele para alguns (ABRIC, 2003).

É importante pontuar que os termos “democrático” e “sem religião” não foram considerados no processo de lematização e categorização como sinônimos de “igual” e “neutro”/“imparcial” respectivamente, porque possuem uma semântica próxima, mas não sugerem ser iguais para o grupo em questão. Enquanto “democrático” possui uma conotação mais objetiva que diz respeito ao cenário político, “igual”, como já supracitado, parece envolver um tom mais particular do grupo para si e para os outros, consequentemente. O elemento “sem religião” parece funcionar de maneira diferente que “neutro” (presente na segunda periferia) e “imparcial”, pois a não religião não é sinônimo de neutralidade, já que é possível haver um tom laicizador ideológico que já fora comentando no presente trabalho e também falado por alguns participantes da pesquisa. “Neutro” foi considerado diferente de “imparcial” pelo mesmo motivo: toda opinião política implica uma raiz ideológica, é valorada de alguma forma. A questão é o quanto ser ou não dominado pela própria visão de mundo em detrimento dos valores socialmente compartilhados (LACERDA, 2010; BITTENCOURT, 2017).

Na segunda periferia, as palavras evocadas foram: “justo” (13), “tolerância” (12), “direito” (11), “neutro” (10), “proteção” (7), “separação” (6), “paz” (6), “pluralismo” (6), “fé” (6), “escolha” (6) e “governo” (5). Esta periferia reúne todos os elementos menos salientes nas duas coordenadas do quadro de análise prototípica, significando ser os

aspectos mais particularizados que cada indivíduo tem a partir da representação social. São os cognemas mais fluidos de toda a estrutura (ABRIC, 2003).

As palavras “justo”, “direito”, “neutro”, “proteção”, “separação”, “paz”, “pluralismo”, “fé”, “escolha” e “governo” podem demonstrar atitudes, deduções e opiniões consequentes de outros cognemas mais importantes para o grupo cristão, que podem ser utilizados no diálogo cotidiano dependendo do contexto vivido.

A palavra “tolerância” pode denotar a questão da harmonia implicada em um estado laico e também sobre a ótica autoaplicada em que o grupo defende suas opiniões e valores que partem de uma raiz ética diferente do restante corpo social e ainda assim devem ser, no mínimo, tolerados. Esta hipótese é reforçada ao observar a grande presença cristã no congresso, senado e também pelas observações de alguns autores que comentam a forte presença cristã e todo o seu *ethos* na arena pública através dos dispositivos democráticos (BURITY, 2008; MARIANO, 2011; CARDOSO, 2014).

Tabela 6: Análise prototípica do grupo de não cristãos referente ao termo indutor "laicidade" (N= 100)

Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
	$\geq 12,71$	$\leq 2,71$		$\geq 12,71$	$> 2,71$
Liberdade	44	2	Igual	31	2,9
Respeito	35	2,5	Diverso	16	2,8
Imparcial	14	2,4	Justo	14	3,2
			Religião	13	2,8
			Democrático	13	2,8
Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
	$< 12,71$	$\leq 2,71$		$< 12,71$	$> 2,71$
Igreja	5	1,8	Neutro	12	3,1
Mentira	5	1	Direito	12	2,8
			Necessário	8	3,2
			Utopia	7	3
			Tolerância	7	3,3
			Fé	6	3,5
			Política	5	3
			Equidade	5	3
			Intolerância	5	4
			Ideal	5	4,2
			Escolha	5	3,2

Fonte: o autor

Através da análise prototípica, identificou-se a seguinte distribuição de palavras que demonstram uma possível estrutura representacional do grupo de não cristãos:

liberdade, respeito e imparcial na zona do núcleo central; **igual, diverso, justo, religião** e **democrático** na zona da 1ª periferia; **igreja e mentira** na zona de contraste; e **neutro, direito, necessário, utopia, tolerância, fé, política, equidade, intolerância, ideal e escolha**.

Assim como no grupo de cristãos, a palavra “liberdade” (44) foi a mais evocada, entretanto a discrepância de frequência dela em relação aos outros elementos do núcleo foi menor. Aqui, é provável que a palavra signifique a liberdade para crer no que se deseja, assim como foi relatado na análise de conteúdo deste trabalho.

Ao ser amplamente evocada de prontidão, a evocação “respeito” (35) demonstra ser uma ideia muito marcante para o grupo não cristão da amostra. Esta palavra pode remeter a ideia de ser a única possibilidade possível para se ter respeito num ambiente religioso plural, já que aparenta ser um conceito estruturante de laicidade.

De maneira semelhante, a palavra “imparcial” (14), que surge em sequência na zona do núcleo, demonstra ser muito importante para o grupo. “Imparcial” traz consigo o sentido de impossibilidade de imposições religiosas, um cenário onde todos podem se sentir seguros em termos de proteção estatal (MARIANO, 2011).

Na zona da primeira periferia, estão “igual” (31), “diverso” (16), “justo” (14), “religião” (13) e “democrático” (13). Enquanto “igual”, “diverso” e “democrático” parecem ser ideias de uma mesma família, onde um levará ao outro invariavelmente em algum momento, o termo “justo” demonstra uma atitude positiva em relação ao que se entende por laicidade. Já “religião” provavelmente é o alvo para o qual a laicidade é importante, sobre o que esta ideia vem servir e intervir (MARIANO, 2011).

Na zona de contraste, as palavras presentes são “igreja” (5) e “mentira” (5). Assim como “religião” da primeira periferia, “igreja” parece um refinamento desta atenção-alvo da concepção de laicidade, afinal são as religiões cristãs que mais desafiam a concepção laica comum ao meio social. Esta hipótese é reforçada pela pequena categoria da análise de conteúdo intitulada “Evitar o Domínio Cristão”, onde os respectivos respondentes defendiam a importância da laicidade a partir da ótica de proteção em relação ao cristianismo.

A expressão “mentira” pode demonstrar uma crítica ao funcionamento da laicidade brasileira, visto que este grupo entende que as religiões cristãs constantemente influenciam no cenário nacional, o que contraria as expectativas desses em relação ao que seria o conceito ideal de laicidade assim como observado na análise de conteúdo. Outro ponto importante é o valor baixo de OME que este cognema obteve. Apesar de ter sido

evocado apenas 5 vezes, “mentira” foi a palavra com a menor ordem média de evocação de toda a análise prototípica deste grupo, o que pode indicar que este elemento seja central na representação de um subgrupo da amostra.

Na segunda periferia, estão as palavras “neutro” (12), “direito” (12), “necessário” (8), “utopia” (7), “tolerância” (7), “fé” (6), “política” (5), “equidade” (5), “intolerância” (5), “ideal” (5) e “escolha” (5).

As palavras “neutro”, “direito”, “tolerância”, “política”, “equidade” e “escolha” trazem consigo os sentidos mais comuns aos variados grupos sociais. Já as palavras “utopia” e “ideal”, provavelmente possuem uma ideia semelhante a “mentira” da zona de contraste, mas com um peso crítico moral menor, onde se entende a dificuldade do estabelecimento de uma laicidade aos moldes do que se espera, porém, de alguma maneira, se compreende o contexto onde a expectativa está inserida, ou seja, de alguma forma este grupo pode compreender as vicissitudes deste modelo (BURITY, 2008; MARIANO, 2011; GOMES; FILHO, 2011).

É importante ressaltar que, por estarem localizados na segunda periferia, estas palavras denotam fluidez na estrutura e possuem um papel prático cotidiano, ou seja, por mais que algumas ideias aqui presentes soem como parcialmente semelhantes a ideias de outras zonas, elas possuem níveis diferentes que, dependendo do contexto, uma ou outra pode ser utilizada com toda a sua exclusividade semântica (ABRIC, 2003).

Em relação as palavras “intolerância” e “necessário”, elas indicam um diálogo entre uma e outra, pois a percepção de ser necessário é acionada tanto como concepção prévia do conceito, quanto diante do contexto onde se percebe que o exercício da religiosidade não é como poderia ou deveria ser.

5.3 Comparação dos Resultados

A partir dos resultados é possível observar diferentes focos de atenção no conceito de laicidade, diferentes nuances de preferência. Apesar da ampla defesa, atitude positiva e penetração do discurso laico na visão de mundo em ambos os grupos, há detalhes divergentes interessantes.

O grupo de cristãos parece valorizar o aspecto mais libertário do conceito, com uma alta valorização da liberdade individual para se crer e expressar publicamente seus valores, inclusive na arena política. Corroborando com isso, a imparcialidade, neutralidade e afins surgiram nas periferias, denotando o seu caráter mais secundário,

prático e relacional social do que a base conceitual inegociável da laicidade. Como já comentado, de alguma forma, esta ênfase potencializa a agência deste grupo na arena pública ao invés de causar uma inibição. Uma hipótese para isto seja a autopercepção de igualdade entre grupos religiosos, mas também os não religiosos em termos de identidade, anseios, demandas e participações políticas.

Catroga (2010), Peyrefitte e Beauvais (1976; 1976, apud BIÉLER, 1999, p. 34) reforçam a leitura da relação do cristão e a política ao comentarem como o catolicismo e protestantismo foram importantes dialeticamente na dinâmica política das nações europeias que professavam oficialmente uma das religiões. A religião cristã se mostra com um forte poder de influência sobre a cosmovisão de seus adeptos, inclusive em relação às dinâmicas políticas como a disciplina de laicidade.

Esta leitura a partir das representações sociais de cristãos auxilia para o entendimento da inundação evangélica, por exemplo, na política institucional no período de pré-redemocratização, onde a compreensão religiosa da política mudou e a presença aumentou ao ponto de se criar uma bancada evangélica no congresso. Como já comentado neste trabalho, alguns autores entendem que foi neste período que houve uma reconfiguração dos seus discursos em relação à política, que passou do desinteresse apolítico, por ser uma atividade terrena, para uma importante busca de representação nos espaços de poder. Talvez estes apontamentos indiquem que foi na década de 1980 que surgiu uma nova representação social sobre a política e a laicidade entre alguns grupos cristãos e, ao longo das décadas seguintes, generalizou até encontrar o seu *boom* no governo Bolsonaro (MACHADO, 2015; SILVA, 2017).

Em relação ao tripé pressuposicional da laicidade destacado por Pena-Ruiz, que fora citado por Freire e Reis (2018), onde aborda a liberdade de consciência, igualdade e neutralidade, o grupo cristão parece dar uma ênfase nos dois primeiros pressupostos do que no terceiro. Isso não significa que não concordam com a neutralidade, como observado na pesquisa de campo realizada neste trabalho, mas que esta está sujeita a compreensão da liberdade e igualdade.

Todos estes pontos, somados a leitura da provável representação social da laicidade para os cristãos, indicam que este grupo tem tendências interpretativas de uma laicidade norte-americana, positiva e de compromisso, onde é totalmente plausível que qualquer crença participe dos embates da arena pública desde que tenham embasamento secular que acompanha o fundamento religioso (LACERDA, 2010; ORO, 2011).

Diferentemente do grupo de cristãos, o intitulado grupo “não cristão” indica tendências a compreender a laicidade como possuidora de uma função horizontalizadora das religiões na arena pública e política, no sentido em que o cristianismo deveria ser nivelado ao *status* das outras religiões, ou seja, serem menos sobressalentes publicamente.

Esta interpretação utiliza como base a análise de conteúdo que teve como destaque as categorias “Neutralidade Estatal”, “Pluralidade de Crenças” e “Liberdade de Crença” como as mais evocadas, além da categoria minoritária específica onde explicitamente aborda a laicidade como uma proteção ao domínio cristão.

Reforçando esta hipótese, na análise prototípica, as ideias de liberdade, respeito e imparcialidade foram localizadas na zona estruturante, indicando que são elementos que importam como base inegociável da definição do conceito laicidade. Outrossim, a zona de contraste também denota como o cristianismo contribui para esta forma de leitura, já que a igreja e a sensação de que a laicidade está funcionando de maneira ineficaz complementam a estrutura da representação.

Esta tendência interpretativa pode apontar para a ideia de que este grupo valoriza a igualdade e neutralidade. Assim como no grupo de cristãos, isso não significa que não valorizam a ideia liberdade, mas que esta tem uma dinâmica sujeita a compreensão da neutralidade e igualdade (FREIRE; REIS, 2018).

Esta dinâmica diferente de concepção da laicidade em relação ao grupo de cristãos denota inclinações a um modelo de laicidade francesa, negativa e de princípio, que defende uma privatização da religião, ou seja, entende a liberdade religiosa e de consciência dentro dos seus ambientes próprios de exercício, pois existe uma grande pluralidade para que apenas algumas tenham voz política (LACERDA, 2010; ZUBER, 2010).

Por fim, as palavras “liberdade” para o grupo cristão e “mentira” para o grupo não cristão foram fundamentais para o direcionamento das interpretações, visto que o primeiro possuía uma baixa ordem média de evocação e uma discrepante alta de frequência, já o segundo tinha a menor OME de toda a pesquisa, mesmo estando presente na zona de contraste. Por mais que a análise prototípica não seja suficiente para a confirmação de elementos centrais na maioria dos casos, estes dois cognemas possuem um forte indicativo de centralidade pela observação de consistência (WACHELKE; WOLTER, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou a complexidade do cenário político brasileiro, no que tange as relações entre política e religião, explicitando o caráter de sua laicidade de estado, onde católicos e evangélicos participam ativamente da arena política e partidária, demonstrando que a privatização do religioso nunca foi uma realidade ou um princípio nuclear da separação republicana entre Igreja e Estado no Brasil (MARIANO, 2011).

A laicidade brasileira não dispõe de força normativa e ascendência cultural para ampliar a secularização do campo político a ponto de excluir a religião da esfera de debate público e para assegurar sua própria reprodução, por conta da presença e avanço de grupos católicos e evangélicos politicamente organizados e mobilizados que intervêm na esfera pública através dos próprios mecanismos de funcionamento da República (MARIANO, 2011).

Através da Teoria das Representações Sociais (2007) e da abordagem estrutural (ABRIC, 2001; SÁ, 2002), foi possível caracterizar a estrutura das representações sociais da laicidade em cristãos e não cristãos e compreender as aproximações e distanciamentos entre as representações dos respectivos grupos em relação a laicidade.

Os resultados da análise de conteúdo e prototípica da presente pesquisa reverberam de maneira localizada como a população está sendo atravessada por este contexto. Os discursos, atitudes e percepções se cruzam e contrapõem em diversos pontos. Este trabalho demonstrou como a laicidade possui diversas roupagens axiológicas dependendo do ponto de partida contextual, histórico e de crença de cada sujeito, demonstrando que o campo semântico deste objeto é polissêmico e plural. Dependendo do grupo onde um sujeito está localizado na conjuntura social e a relação que ele tem com a religiosidade, ele pode representar a laicidade de forma diferente segundo suas aspirações, desejos e interesses, ou seja, de acordo com sua cosmovisão.

Outrossim, a literatura e também os dados obtidos com a pesquisa rompem com a concepção de uma pretensa autonomia do pensamento, uma pretensa neutralidade que se é demandada para se pensar sobre laicidade. Não existe um ponto neutro em si, mas sim lugares de onde se representa. Outra questão adjacente é como as diferentes visões sobre a laicidade são contrastadas: de um lado cristãos, e do outro todo o restante social. Apesar desta percepção do autor encontrar evidências na literatura, mídia e na pesquisa, é bastante válido mais investigações nesse sentido.

Toda esta diversificação de pontos de vista a respeito da laicidade de estado e a consequente atuação de religiosos no espaço público podem ser compreendidas como um desdobramento da configuração atual de democracia participativa, onde esta só é possível ser concebida com o pleno reconhecimento da pluralidade constitutiva do social e sua participação ativa na política, provocando assim uma grande penetração de discursos diferencialistas no cenário republicano, uma grande fragmentação da esfera pública (BURITY, 2008).

Faz-se importante pontuar sobre a escolaridade, pois dos dados sociodemográficos, foi a única questão que se destacou. Apenas 14, 5% eram pessoas que concluíram o ensino médio e 1% os que estavam cursando, e o restante da amostra foi dividida entre pessoas que cursavam ou que concluíram o ensino superior. Por mais que a ideia de laicidade tenha se difundido na cultura, parece haver um corte educacional.

Por fim, destaca-se que não foi encontrado pesquisas psicossociológica nesta temática de representações sociais da laicidade de cristãos, tornando esta pesquisa totalmente inédita. A Teoria das Representações Sociais tem muito a somar, visto que este trabalho se circunscreveu apenas a análise a partir da saliência do objeto laicidade. Diante deste quadro, faz-se necessário a realização de novas pesquisas nesta área rica e pouco explorada para a construção de um quadro amplo do pensamento social nesta temática.

7 REFERÊNCIAS

AFIUNE, Pepita de Souza. PIERUCCI, Antônio Flávio. O Desencantamento do Mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH–USP/Editora 34, 2013. **Revista de História da UEG (ISSN 2316-4379)**, v. 6, n. 1, p. 264-268, 2017.

ABRIC, Jean Claude et al. Prácticas sociales y representaciones. **México: Ediciones Coyoacán**, 2001.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. 2000.

ARISTÓTELES. A Política . 1 ed. [S.l.]: Lebooks Editora, 2019. (Coleção Filosofia)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Retos, Augusto Pinheiro. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. A singularidade do Estado Laico no Brasil à luz da Constituição de 1988 e das raízes histórico-religiosas do povo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 111, p. 145-196, 2015.

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. Teoria e métodos em representações sociais. **MORORÓ, LP, COUTO, MES, and ASSIS, RAM, orgs. Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias [online]. Ilhéus, BA: EDITUS**, p. 101-122, 2017.

BIÉLER, André. **O pensamento econômico e social de Calvino**. 1 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana S/C, 1990.

_____. **A força oculta dos protestantes**. 1. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.

BISSIATI, Edson Luagatti Silva; LEPORATI, Lara Bortolusci; LIGUORI, Paula Aparecida Viol; ANDRADE, Marcelle Luiz de. O conceito de laicidade na atual formulação política brasileira. **CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 29, 2019.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 191, p. 117-133, 2017.

BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 379-405, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22/11/2022

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo social**, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.

BUSINARI, Maurício. 'Coisa do demônio', diz evangélico baleado por PM em igreja de GO. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/09/04/coisa-do-demonio-diz-evangelico-baleado-por-irmao-pm-em-igreja-de-go.htm> Acesso em 20/11/2022

_____. **Mulher grita com padre após ele citar Marielle durante missa em SP**. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/19/mulher-grita-com-padre-em-missa-apos-ele-citar-marielle-franco-em-homilia.htm> Acesso em 20/11/2022

CAMARGO, Brígido Vizeu; SCHLOSSER, Adriano; GIACOMOZZI, Andreia Isabel. Aspectos epistemológicos do paradigma das representações sociais. *Representações Sociais e práticas psicossociais*. Curitiba: CMRV, p. 153-66, 2018.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria. O estudo das relações entre práticas sociais e representações: retomando questões [editorial]. *Psi saber Soc.* 2017; 6 (1): 42-6. 2017.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2011.

CARDOSO, Matêus. O desencantamento do mundo segundo Max Weber. **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias**, v. 1, n. 02, 2014.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CARNEIRO, Lucianne. **Católicos e sem religião ajudaram Lula a contrapor preferência por Bolsonaro entre evangélicos, aponta estudo**. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/31/catolicos-e-sem-religiao-ajudaram-lula-a-contrapor-preferencia-por-bolsonaro-entre-evangelicos-aponta-estudo.ghtml> Acesso em 20/11/2022

CASTRO, Paula. Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. **Análise social**, p. 949-979, 2002.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil - uma perspectiva histórica**. 2 ed. Coimbra: Edições Almeida, 2010.

CREMONESE, Dejalma. A Participação como pressuposto da Democracia. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 19, p. 78-102, 2012.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Laicidade: o direito à liberdade (Secularity: the right to freedom. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 8, n. 19, p. 53-70, 2010.

DOMINGOS, Roney. **É #FAKE mensagem que diz que Lula declarou que irá fechar igrejas em 2023**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/10/07/e-fake-mensagem-que-diz-que-lula-declarou-que-ira-fechar-igrejas-em-2023.ghtml> Acesso em 20/11/2022

DREHER, Martin Norberto. **Lutero e a Dieta de Worms de 1521**. 1984. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/lutero-e-a-dieta-de-worms-de-1521>. Acesso em 02/04/2022

FREIRE, Phablo; REIS, Ramon Gomes. Discursos sobre laicidade: teorias, pragmatismo e possibilidades. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 6, n. 2, p. 97-112, 2018.

GOMES, Christiane Teixeira; FILHO, Flávio Barbosa Lins. Estado Laico – da origem do laicismo à atualidade brasileira. In: **Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”**. Luiz C. L. Marques (Org.). Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. p. 1219-1228. ISSN: 2176-9060. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1219-1228.pdf>. Acesso em 07/05/2021

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**, Rio de Janeiro, 2012.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, p. 44, 2001.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Laicidade (s) e República (s): as liberdades face à religião e ao Estado. 2010.

LOPES, Marisa; SABINO, Igor. **A importância da liberdade de expressão para os cristãos**. 2022. Disponível em: <https://www.christianitytoday.com/ct/2022/september-web-only/liberdade-expressao-cristaos-democracia-evangelho-pt.html> Acesso em 20/11/2022

_____. **Para além de Bolsonaro e Lula: o que importa para os evangélicos na hora de votar**. 2022. Disponível em: <https://www.christianitytoday.com/ct/2022/september-web-only/eleicoes-brasil-lula-bolsonaro-politica-evangelicos-pt.html> Acesso em 20/11/2022

LULA. **Lula não vai fechar igrejas. Assista e compartilhe**. 2022. Disponível em: <https://lula.com.br/lula-nao-vai-fechar-igrejas-assista-e-compartilhe/> Acesso em 20/11/2022

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARKOVÁ, Ivana. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, p. 358-375, 2017.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. Debates do NER, p. 119-137, 2013.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. **Os clássicos da política**, v. 1, n. 13, p. 79-110, 1993.

MOSCOVICI, Serge. El campo de la psicología social. **Moscovici S. La psicología social I. Barcelona, España: Paidós, 1984.**

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

NOGUEIRA, Karine; DI GRILLO, Marcelo. Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 9, pág. e146996756-e146996756, 2020.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.

PASSARINHO, Nathalia. **Como pensam evangélicas, que podem definir eleição para presidente.** 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61338823> Acesso em 20/11/2022

PATRIOTA, Lucia Maria. Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade. **Serviço Social em Revista**, v. 10, n. 1, p. 1679-1842, 2007.

PEREIRA, Luis Felipe. **Lula lidera entre católicos, e Bolsonaro é preferido de evangélicos, diz Datafolha.** 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-lidera-entre-catolicos-bolsonaro-e-preferido-de-evangelicos-diz-datafolha/> Acesso em 20/11/2022

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 43-73, 1998.

PRAZERES, Leandro. **Eleições 2022: por que Lula lidera entre católicos e Bolsonaro entre evangélicos?.** 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62896472> Acesso em 20/11/2022

REPÚBLICA, Presidência. **Presidente Jair Bolsonaro assina acordo de entendimento para promoção da liberdade religiosa.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/11/presidente-jair-bolsonaro-assina-acordo-de-entendimento-para-promocao-da-liberdade-religiosa>
Acesso em 20/11/2022

RANQUETAT JR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008.

RIVERA, Paulo Barrera. Desencantamento do mundo e declínio dos compromissos religiosos. A transformação religiosa antes da pós-modernidade. **Ciencias sociales y religión/Ciências sociais e religião**, v. 4, n. 4, p. 87-104, 2002.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SARKOZY, Nicolas. **Nicolas Sarkozy célèbre une « laïcité positive »**. 2007 Disponível em: https://www.la-croix.com/Archives/2007-12-21/Nicolas-Sarkozy-celebre-une-laicite-positive- NP_-2007-12-21-308815
Acesso em: 09/11/2021

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. **Latinoamerica. Revista de Estudios Latinoamericanos**, n. 64, p. 223-256, 2017.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: Quem são os evangélicos e porque eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020. E-book Kindle.

TAVARES, Joelmir. **Lula reduz vantagem de Bolsonaro entre evangélicos, segundo Datafolha**. 2022. Disponível em: https://br.vida-estilo.yahoo.com/lula-reduz-vantagem-bolsonaro-entre-005600482.html?guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAN0ZvjrxozwyzyK_Yg4g5dIgcV07xCqmuy3liToZUKHYB4OkQp3iMd1r8pN-cCoA6KB13_8BvK7wEvX7uAFXrora4&guccounter=2 Acesso em 20/11/2022

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n. 3, p. 379-390, 2007.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 27, p. 521-526, 2011.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael; MATOS, Fabíola. Efeito do tamanho da amostra na análise de evocações para representações sociais. **Liberabit**, v. 22, n. 2, p. 153-160, 2016.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOLTER, Rafael Pecly; WACHELKE, João; NAIFF, Denis. A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 1139-1152, 2016.

WOLTER, Rafael. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais: Pontes entre Teoria e Método. **Psico-USF** [online]. vol.23, n.4, pp.621-631, 2018.

ZUBER, Valentine. A Laicidade Republicana em França ou os Paradoxos de um Processo Histórico de Laicização (séculos XVIII-XXI). **Ler História**, n. 59, p. 161-180, 2010.

8 ANEXOS

8.1 A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre **Laicidade** e está sendo desenvolvida por **Roney Silva de Moraes**, do Curso de **Mestrado em Psicologia** da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. **Denis Giovani Monteiro Naiff** (UFRRJ) e Prof. Dr. **Ricardo Oliveira dos Santos** (PUC-Rio).

O objetivo do estudo é realizar uma análise, a partir das respostas ao questionário, das perspectivas de pessoas sobre a presença da religião cristã no ambiente político brasileiro com o intuito de destacar o contexto sócio-cultural do Rio de Janeiro.

Solicito a sua colaboração para responder o questionário de opinião a seguir. Você levará um tempo médio de apenas 3 (três) a 6 (seis) minutos para responder. Peço também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esta pesquisa é relevante, porque no atual contexto brasileiro de intensa polarização e pluralidade de ideias o tema laicidade(s) mantêm-se na raiz das discussões, pois este se relaciona direta e indiretamente com diversos temas da pauta política. Com a obtenção destes dados haverá possíveis apontamentos para pesquisas maiores com a finalidade de realizar uma análise do pensamento social. Com base neste contexto, esta pesquisa pode ser muito relevante não só para a comunidade científica, mas para diversos seguimentos da sociedade assim como para instituições religiosas.

Informo que essa pesquisa não apresenta riscos previsíveis, entretanto caso haja algum desconforto ao responder alguma pergunta, esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum prejuízo pessoal, nem acarretará qualquer custo, bem como não haverá compensação

financeira decorrente da sua participação. Eu estarei a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário para responder o questionário da pesquisa.

-----//-----

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento por e-mail.

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com o pesquisador Roney Silva de Moraes - Celular: (21)974340398 - e-mail: roney_silvarj@hotmail.com

8.2 B - Questionário

Representações da Laicidade

1) Você é...

Protestante/Evangélico ____

Católico ____

De outra religião/Sem religião/Ateu/Agnóstico ____

2) Tente responder o mais rápido possível a pergunta a seguir nos 5 espaços correspondentes:

Quais são as 5 primeiras palavras que vem na sua cabeça quando pensa em Estado Laico?

1ª Palavra: _____

2ª Palavra: _____

3ª Palavra: _____

4ª Palavra: _____

5ª Palavra: _____

3) Responda as questões a seguir:

a) Você é a favor do estado laico?

Sim ____

Não ____

4) Por que?

5) O Estado Laico permite a liberdade religiosa no debate político ou apenas no exercício da crença na vida privada?

Dados sociodemográficos

1) Cidade _____

2) Idade _____

3) Grau de escolaridade

a) Fundamental Incompleto

b) Fundamental Completo

c) Médio Incompleto

d) Médio Completo

e) Superior Incompleto

f) Superior Completo